



Anais da Assembléia

Nº 143 CURIÇABA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1991 ANO XVII

Atos da Presidência:

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/91

DATA: 31 de outubro de 1991.

SÚMULA: Determina a sustação da Queixa Crime, processo nº 17520-8, contra o Deputado Carlos Simões.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º - Fica sustada, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, a queixa-crime, processo nº 17.520-8, oferecida por Benjamin Cardoso da Silva contra o Deputado Carlos Simões.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.10.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/91

DATA: 31 de outubro de 1991.

SÚMULA: Determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, autos nº 91.04.15948-9 (RS), oficiado pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em que é indiciado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4.ª Região da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.10.91.

LEI Nº 9791

DATA: 30 de outubro de 1991.

SÚMULA: Altera o artigo 1º da Lei nº 9386, de 28.09.90, que criou "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Prado Ferreira.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9386, de 28.09.90, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Prado Ferreira, desmembrado do município de Miraselva, conforme especifica:

Começa na nascente do ribeirão do Capim, na divisa intermunicipal com Jaguapitã.

Do ponto inicial desce pelo ribeirão do Capim até a foz do córrego Taquarana, deste ponto sobe pelo córrego Taquarana até a sua nascente, deste ponto em linha seca rumo leste até encontrar a nascente do córrego Itaúna, desce por este até a sua foz no córrego Mita Cumhã, desce por este até a sua foz no ribeirão Vermelho, sobe por este até a foz do ribeirão Grande, sobe por este até a foz do córrego Dr. Carlos, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca rumo noroeste até a nascente do ribeirão do Capim, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 30.10.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI Nº 9.792

Data: 30 de outubro de 1991

Súmula: Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.368 de 17 de setembro de 1990 (cria o Município de Quatro Pontes).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.368, de 17 de setembro de 1990.

"Art. 1º - Fica criado o município de

Quatro Pontes, "ad referendum" do resultado de plebiscito, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

Tem como ponto inicial e final a foz da sanga Crissiumal no arroio Guaçu. Sob pelo arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo, até a foz da sanga Funda. Sob por este até a nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no lagoado Azul. Descendo por este até o lagoado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 09 e 08, seguindo por esta divisa, lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) e 10 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07, lote 07 (inclusive) e 10 (exclusive), por esta divisa até a nascente do arroio Fundo, descendo por este até a foz da sanga Encantada, subindo por esta até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 38, 72, 50, 49 e 36 (exclusive) e lotes 37, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz no arroio Guaçu, ponto inicial e final".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX DE DEZEMBRO em 30.10.91

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guima-

rães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colago (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, José Arthur Ritti, Nelson Justus e Ovídio Constantino (04). Achando-se em licença o seguinte Senhor Deputado: Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 111/91

Curitiba, 29 de outubro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 (novecentos e noventa e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, visando atender despesas de manutenção da Entidade, bem como a aquisição de equipamentos e execução de obras.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 (novecentos e noventa e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I, visando atender a manutenção da Entidade, bem como aquisi-

ção de equipamentos e execução de obras.

excesso de arrecadação da Entidade.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DOC PROC COP
4200	Secretaria de Estado da Segurança Pública - Entidades Vinculadas					
4286	Departamento de Trânsito - DETRAN - 2048 Coordenação e Controle do Tráfego Urbano					
		3120.00	40	L	249.000	0472
		3132.00	40	L	598.000	0472
		3191.00	40	L	5.000	0472
		3280.00	40	L	5.000	0472
		4110.00	40	L	59.964	0472
		4120.00	40	L	80.000	0472
T O T A L					996.964	

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/SAT/346 e 347/91, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei nºs 153 e 258/91. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/355, 356 e 357/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

478/91: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, regido pela CLT e adota outras providências, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.788. **Anote-se. Arquite-se.**

332/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambrê, as datas de terrenos que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.789. **Anote-se. Arquite-se.**

333/91: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Itambaracá, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.790. **Anote-se. Arquite-se.**

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem justificar a sua ausência na sessão plenária deste dia, 31.10.91, pelo fato de que o mesmo está representando o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, nas festividades em comemoração ao aniversário do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) CLEITON KIELSE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 485/91 (Mensagem nº 103/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à EMATER, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 484/91 (Mensagem n° 102/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Piraí do Sul, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 490/91 (Mensagem n° 108/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 136.447.000,00 ao vigente orçamento da Chefia daquele Poder, para atender despesas com o desenvolvimento de projetos de pesquisa, realização de eventos e cursos de extensão e especialização nas autarquias do Estado, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 486/91 (Mensagem n° 104/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00 ao vigente orçamento da Chefia daquele Poder, para atender despesas com a realização de cursos de especialização, extensão e efetivação de diversos eventos.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 084/91 (item 7), de autoria do Deputado Algaci Túlio, que altera dispositivos da Lei Estadual n° 7.777, de 13.12.83, que trata da gratifi-

cação especial concedida a pensionistas do IPE.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Art. 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 099/91 (item 8), de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que dispõe sobre crédito agrícola, critério de pagamento e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo passamento do nobre Vereador Gerson Clazer Moraes, do Município de Rebouças.

No dia 24.10.91, um sentimento comovente pairou sob o Município de Rebouças, que a fez parar, parou diante de um trágico acidente que tomou um de seus filhos, tradicional empresário que tão somente contribuía no dia-a-dia, lançando bases aos progressos daquela Terra.

Nascido à 26.07.65, filho de Antonio Moraes e Nair Clazer Moraes, eleito vereador em 1988, sendo um dos mais votados, comprovando sua popularidade diante de seu desempenho em prol das questões sociais a que defendia com dignidade, carinho e dedicação. Ocupava a Primeira Secretaria da Câmara Municipal, gozando do prestígio daquele Poder Municipal.

Lamentamos a perda irreparável de um amigo, do jovem, político, líder da juventude que deixa às gerações futuras o exemplo de um homem honrado, leal, incansavelmente enobrecedor de suas causas no

exercício de suas atividades; demonstrando sua garra, sua luta e seu grande desempenho testemunhando o crescimento daquele profícuo Município, enriquecido de exemplos que o tempo jamais apagará.

Associamo-nos portanto à família enlutada, entristecidos particularmente os seus parentes, deixando assim registrado o profundo sentimento da perda nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de um voto de pesar pelo falecimento do Vereador Sidgley Antonio Claudino, vice-Líder da Bancada do PMDB a Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A classe política de Curitiba e do Paraná perde uma de suas mais expressivas figuras, com o falecimento do vereador Sidgley Antonio Claudino, ocorrido no último dia 30. Ele desaparece aos 48 anos de idade, vítima de infarto do miocárdio. Natural de Agudos do Sul, em nosso Estado, Sidgley Antonio Claudino foi Vereador em duas legislaturas, em Curitiba, a primeira a partir de 1982, num período que terminou em 1988, em virtude da prorrogação de mandatos. Na segunda legislatura, ele assumiu na suplência do então Vereador Luiz Carlos Martins que foi eleito para esta Assembleia.

REQUERIMENTO N° 2918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Santo Lazarini, ocorrido no dia 30 de Outubro do corrente ano, no distrito de Abapan, no Município de Castro, no Estado do Paraná.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Indústria Rei do Cau, Vila Abapan, Distrito de Abapan, no Município de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 30 de outubro de 1991, faleceu o Senhor Santo Lazarini, ex-Vereador de Castro e Industrial no Distrito de Abapan, no Município de Castro-PR; seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de

sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 2922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Sidgley Antonio Claudino, ocorrido em 30.10.91, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de ontem (30.10.91), nesta Capital, o Vereador Sidgley Antonio Claudino.

O extinto deixa viúva Dona Carmen Lúcia Krugger e dois filhos.

O passamento de Sidgley Claudino colheu dessurpresa a família e os Vereadores, deixando enorme lacuna não apenas entre os familiares mas em seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

Sidgley era vice-Líder do PMDB e tinha assumido em 1° de fevereiro a Suplência do Deputado Luiz Carlos Martins. Sua 1ª legislatura foi de 1982 a 1988, época em que ocorreu a prorrogação dos mandatos. Ocupou a presidência do Legislativo Municipal durante o afastamento, para tratamento de saúde, do Vereador Horácio Rodrigues. Foi membro do Conselho Municipal de Transportes, atuou em diversos seminários sobre transporte coletivo, integrou o Conselho Fiscal da Cidade Industrial de Curitiba e foi Presidente da Comissão Interna Permanente de Economia, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas do Legislativo.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Sidgley.

Ele se foi num adeus eterno, mas também venceu a luta. O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade. Extinguiu-se aqui na terra para germinar no céu e como lírio florescer eternamente diante de Deus.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Claudino endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do nobre Vereador Sidgley Antonio Claudino, ocorrido no dia 30.10.91, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Em data de 30.10.91, a Capital do Estado do Paraná, perdeu um de seus mais atuantes vereadores, o nobre amigo Sidgley Antonio Claudino, que sempre dedicou-se, com competência e austeridade aos problemas da cidade de Curitiba.

Cumprindo seu papel com a mais profunda e austera competência em seus dois mandatos como Vereador de Curitiba, e no decorrer de sua vida pública.

REQUERIMENTO N° 2913

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações à TV PARANAENSE, CANAL 12, pela comemoração do seu 31° aniversário.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em 1960, então funcionário da Sociedade Rádio Emissora Paranaense, assisti à transmissão inaugural da TV Paranaense, com o pioneiro Nagib Chede.

Naquele dia, assisti também o nascimento de uma idéia nova: fazer uma televisão para os paranaenses, num trabalho de qualidade.

Isto, em 31 anos, ficou demonstrado de forma clara, na audiência, da credibilidade, no respeito que goza a TV Paranaense junto à nossa população e, inclusive, fora do Estado, com o grande número de premiações recebidas. Neste momento importante da história da TV Paranaense, deve o Poder Legislativo associar-se com uma empresa verdadeiramente voltada para o trabalho em prol do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2919

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata da presente sessão de voto de congratulações, na pessoa do Jornalista Júlio Tarnowski Júnior por eleição à Presidência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(aa) ORLANDO PESSUTI

JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Parabéns à classe jornalística do Paraná, pela eleição no dia de ontem da chapa única da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná encabeçada por Júlio Tarnowski Júnior.

Incontestável o serviço prestado por este segmento no desenvolvimento do País, através da luta sempre voltada à ampliação do direito maior do povo brasileiro, que é o da liberdade bem como da sua participação na luta em defesa da soberania nacional contra a censura, pela liberdade de expressão e do direito de opinião.

REQUERIMENTO N° 2916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor a Senhora Sônia Maria Guidi pelo recebimento do Prêmio PRIX SWAN DE RECONNAISSANCE da Instituição Memorial Marcel Proust, em 28 de junho do corrente ano, na França.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Sônia Maria Guidi, Pesquisadora, Psicóloga Clínica, Mestre em Educação e Pós-Graduada em Sexualidade Humana, que recebeu o Prêmio PRIX SWAN DE RECONNAISSANCE da Instituição Memorial Marcel Proust, em 28 de junho de 1991, na França, pela sua grandiosa contribuição na luta contra os estigmas sociais. Cabe destacar, que esta é a laureação máxima, concedida pela referida Instituição.

A dedicação da Doutora Sônia merece destaque, principalmente, porque o trabalho que resultou na premiação é totalmente voluntário, incógnito e vem sendo desenvolvido há mais de 20 anos.

Ainda, o material sobre Sexualidade Humana, elaborado por Sônia Maria, tem servido de fonte de pesquisa para profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, São Paulo, entre outros. Pelo pouco que o Paraná tem sido divulgado, enquanto Estado capaz de produção científica, principalmente nesta área, dada às características de Curitiba, tida como cidade conservadora, Sônia merece o mais amplo apoio nas suas pesquisas por parte de Instituições Públicas e Particulares. Normalmente, apenas São Paulo e Rio de Janeiro têm conseguido espaço na imprensa nacional, enquanto produtores de pesquisas científicas.

REQUERIMENTO N° 2908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio

de expediente, em caráter de urgência, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro da Economia, objetivando a inclusão dos pequenos produtores de café nos financiamentos de comercialização.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A falta do café, prevista para os próximos três anos é preocupante. A decisão do Conselho Monetário Nacional, referente à comercialização do café, com recursos do FUNCAFÉ, contempla apenas o produto beneficiado, deixando de lado o café em côco. Isto tem que ser corrigido imediatamente pois os pequenos produtores, que hoje representam a maioria, não contam com equipamentos para beneficiamento do produto, e costumam guardá-lo para comercializá-lo em côco, e deste modo, ficarão a mercê dos maquinistas e comerciantes, sofrendo grandes prejuízos. Dos recursos na ordem de 138 bilhões do FUNCAFÉ, sugerimos as autoridades, que destinem parte deles, para o custeio de viveiros comunitários de produção de mudas, para que seja viável, o mais rápido possível, obtermos uma renovação do parque cafeeiro do Paraná.

"A medida visa incentivar a cafeicultura, e não penalizar aos produtores, principalmente os pequenos".

REQUERIMENTO N° 2914

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, acompanhando abaixo-assinado dos moradores do Jardim Paranaense e do Conjunto Eucaliptus, nesta Capital, solicitando a instalação de uma agência daquela instituição financeira naquela região.

A justificativa para a solicitação reside no elevado número de moradores daquela região, que experimentou um crescimento extraordinário nos últimos anos, inclusive nas áreas de comércio e prestação de serviços.

Diante disso, é de extrema necessidade a instalação de uma agência bancária naquela localidade, tendo em vista a inexistência de qualquer instituição para atender à população, conforme demonstrado, fartamente, no abaixo-assinado anexo.

Sala das Sessões, em 31.10.91

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2921

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, em atribuição conferida pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, após ouvido

o egrégio Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, MOACIR JOSÉ FAVETTI, solicitando, mais uma vez, em nome da comunidade ponta-grossense e da região dos Campos Gerais, imediatas providências práticas, no sentido de restabelecer, com urgência, as condições mínimas de operacionalidade e manutenção do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, cujas necessidades prementes não estão sendo levadas na devida consideração pelo Governado Roberto Requião, em detrimento direto das comunidades que dos serviços daquele órgão público deveriam usufruir.

Requer ainda, que seja incluído no expediente em epígrafe, a necessidade imediata da nomeação de médicos legistas, técnicos e funcionários em número necessário a suprir as vagas disponíveis, além do que, também sejam destinados àquele IML material de necrópsia, como instrumental, luvas, fio, algodão, ataduras, etc., em quantidade e qualidade; material de expediente; e a substituição de uma ambulância por outro tipo de camburão, para o devido e ideal transporte de cadáveres.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Sem sequer contar com local adequado às suas necessidades para o ideal funcionamento e atendimento, em virtude das inacabadas obras - há vários anos - do novo prédio que deveria abrigá-lo, o Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, que atende a quase duas dezenas de municípios paranaenses, encontra-se - em vista de nenhum atendimento às reivindicações das lideranças comunitárias, políticas e das autoridades - em situação alarmante.

Aquele IML, vergonhosamente, não presta atendimento condizente. Apenas dois médicos fazem o trabalho que deveria ser feito por dez; não conta sequer com uma câmara frigorífica para a guarda de cadáveres, membros e vísceras; não tem laboratório decente; o material humano é totalmente deficitário porque falta médicos legistas, auxiliares de necrópsia, motoristas e até secretário.

Há completa falta de luvas para o trato de cadáveres, fios, algodão de enchimento, instrumental de necrópsia e outros materiais para o efetivo trabalho técnico.

Não dispõe o IML de Ponta Grossa, sequer de uma ambulância tipo camburão, em que o motorista não fique em contato direto com cadáveres - muitas vezes em estado de putrefação - passível de contração de enfermidades múltiplas.

O médico chefe do IML de Ponta Grossa por várias vezes solicitou providências da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para, ao menos, minimizar os problemas que

enfrenta.

Os Vereadores, autoridades constituídas, lideranças comunitárias, a Prefeitura Municipal, órgãos de representação, assim como outros representantes da comunidade pontagrossense nesta Casa, também assim procederam, mas até o momento, nenhuma solução sequer foi sinalizada.

Este mesmo Deputado que subscreve o presente, já requereu anteriormente, maior atenção do Governo do Estado para os problemas enfrentados pelo IML, sequer no entanto, conseguindo ser recebido em audiência por aquele Secretário.

O que parece denotar esta situação, este grave problema, é de alçada daquele Secretário, é que não é uma prioridade, dando a entender o Senhor Moacir José Favetti que está muito alheio, bem longe dos problemas que se desdobram dia-a-dia, acumulados e sem solução. Tanto que o próprio médico chefe do IML pontagrossense, médico Nelson Gubert, solicitou a paralisação total das atividades do IML por absoluta falta de mínimas condições de trabalho e atendimento ao que se deveria prestar.

A situação é realmente crítica, constrangedora e altamente infeliz, na medida em que o Governo Roberto Requião tem insistido em não atender aos reclamos evidentes e desesperados das comunidades que deveriam estar sendo bem atendidas por um órgão público sob sua responsabilidade.

A imprensa tem sabido cobrar, os políticos, as lideranças comunitárias, as autoridades constituídas idem, mas aquele que deveria aplicar as soluções apontadas, porque tem a caneta, não tem sabido dar o retorno ou, no mínimo, não o deseja.

REQUERIMENTO N° 2925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Doutor Luiz Antonio Fayet, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, no sentido de que seja dada prioridade ao estudo da viabilidade de implantação de uma fábrica de açúcar, anexa a destilaria de álcool já existente na Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda., bem como a rápida aprovação para realização do investimento que tramita naquele órgão a mais de um ano.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A COROL (Cooperativa Agropecuária de Rolândia) enviou ao Banco do Brasil S/A, projeto para viabilizar a implantação de uma Fábrica de Açúcar anexa a Destilaria de Alcool já existente naquela cooperativa.

Este projeto, que tramita naquele ór-

gão a mais de um ano, proporcionará a possibilidade de atender a demanda do mercado dentro das alternativas álcool ou açúcar, buscando melhores resultados econômicos ao produtor além de ensejar a geração de novos empregos de maior giro a riqueza local e do Estado.

É o que se apela.

REQUERIMENTO N° 2911

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I. Cópia do projeto de recuperação do prédio que abriga a Escola de Música de Belas Artes do Paraná - EMBAP.

II. Considerando que o contrato de locação do imóvel situado à Rua Trajano Reis, 538, São Francisco, data de 20 de agosto de 1991, por que o imóvel ainda acha-se ocupado pelo locador?

III. Foi realizado algum pagamento ao locador, a título de aluguel? Qual a data e o valor?

IV. Qual a razão da não ocupação do imóvel locado pela EMBAP?

V. Quando a EMBAP deve ocupar o imóvel?

VI. Quanto custará a adaptação do imóvel às necessidades específicas da EMBAP?

VII. Existe alguma possibilidade do prédio vir a ser comercializado, conforme informação n° 164/84-ER CTA, da EMOPAR?

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 24 de setembro próximo passado, encaminhamos Pedido de Informação à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, sobre a situação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP.

Nas informações prestadas pelo ofício n° 942/91 - Gab/SEIC, vê-se que realmente foi locado um imóvel para abrigar, provisoriamente, as instalações da EMBAP. Entretanto, o contrato assinado - que prevê um aluguel de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros) entra em choque da realidade, eis que, o imóvel continua ocupado pelo locador, apesar do contrato datar de 20 de agosto de 1991.

Com isto, permanecem os problemas da EMBAP, em manter suas atividades docentes num imóvel que não se apresenta em condições favoráveis e seguras (conforme fartos laudos constantes do processo que autorizou a locação do imóvel na Rua Trajano Reis).

Por outro lado, há muita preocupação

entre os professores da EMBAP, com os fins que se possa dar ao histórico prédio da Emiliano Pernet, como por exemplo, a sua venda, conforme informação da EMOPAR, de que a recuperação seria inviável.

Finalmente, há interesse em se conhecer o projeto para recuperação do imóvel que abriga a EMBAP desde 1943, já que, conforme informou o ofício n° 942/91 do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, esse projeto existe.

REQUERIMENTO N° 2924

Senhor Presidente.

O clima pré-eleitoral deste final de ano político, e a insegurança da portaria do anexo da Assembléia Legislativa, perto da qual está o nosso gabinete (térreo) de n° 01, tem se somado para sucessivos eventos que nos desassossegam.

Assim, REQUEIRO formalmente dentro das minhas prerrogativas parlamentares e de líder de bancada, seja reforçada a segurança de acesso a este prédio.

Outrossim, perplexo com nota "plantada" - tudo leva a crer que por adversários políticos - na edição de hoje de "O Correio de Notícias" conforme reprodução em xerox "ad sequentia" estampada, peço urgentes informações à Mesa Diretora da Casa - dentro da sua responsabilidade pelo Serviço de Segurança e de Delegacia Especial que serve a este Poder Legislativo, - e ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, José Moacir Favetti, sobre o que, ao meu ver mentirosamente, o Jornal Correio de Notícias, "noticia sicut est escriptum" (sic).

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I) À MESA DIRETORA DA CASA

1. Terá mesmo havido "...agressão a um cidadão que foi à Assembléia Legislativa, mais precisamente ao gabinete do Deputado Rafael Greca, pedir ajuda, e acabou levando uma surra dos seguranças do Legislativo...?"

2. Terá essa agressão se prolongado a ponto do "...cidadão ter sido levado aos porões da Assembléia onde foi espancado. Saiu quebrado..." (sic) como garantiu à jornalista Débora Yanklevitch o senhor João Bosco Vidal (sic)?

II) AO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

3. Solicitando que determine ao Delegado Geral do Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná que informe a este Poder Legislativo o que possa constar numa Delegacia do Estado, ou no Instituto Médico Legal - IML, pois foi escrito no Correio de Notícias: "...Depois de um exame de corpo de delito no IML, o cidadão, acompanhado dos pedetistas-requianistas,

prestou queixa numa delegacia contra Greca".

Este documento terá cópia encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Procurador Geral da República Chefe da Seção do Paraná, e ao Delegado da Polícia Federal no Paraná, pela seguinte justificativa:

Este Deputado Estadual, líder da bancada do PDT nesta Casa, tem sido vítima, no gabinete, por insegurança do prédio, ou por "armação de adversários políticos", de repetidos episódios que procuram macular sua idoneidade e reputação nas diversas formas.

Desde que se deflagrou o processo pré-eleitoral do PDT, com as convenções municipais e a véspera da convenção regional marcada para dezembro vindouro, sucederam:

- Telefonemas de ameaça de morte a assessores, ou de chantagem ameaçadora de deflagração de escândalo na imprensa;

- Invasão do gabinete pelo Senhor Laurentino Borsa (para ameaça ao funcionário Walter Pereira) armado de revólver, conforme denúncia formulada à imprensa política local, e explicitada por telefone ao Senhor Reinaldo de Almeida César, seu superior na Casa Civil do Palácio Iguazu, com desdobramento de queixa feita pelo Senhor Walter em delegacia especializada;

- Alarme falso de ocorrência no gabinete anexo, do Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, atribuído por voz anônima a funcionários do meu gabinete, sem que isso fosse verdade, provocando o deslocamento da segurança da Casa ao referido gabinete vizinho e a irritação do colega comigo, irritação esta injustificável, pois naquela manhã passei o dia trabalhando no IPPUC;

- Presença no meu gabinete, na tarde de ontem, 30 de outubro de 1991, de pessoa exteriorizando uma aparência de fortemente alcoolizado ou fortemente drogado, ou ainda sofrendor de insanidade, o que provocou segundo relato do nosso Chefe de Gabinete, chamamento da segurança que não conseguiu detê-lo, mas sem qualquer distúrbio ou o falsamente noticiado - ao nosso conhecimento - espancamento.

Este Deputado líder do PDT é cidadão de princípios pacíficos, tem compromisso com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba, com o exercício da não violência como forma de ação política, com prática social comprovada de solidariedade intensa aos mais pobres dentre os pobres - inclusive lidera a provedoria da Casa dos Pobres São João Batista de Curitiba, e a mobilização do voluntariado de

Curitiba em apoio à causa da criança abandonada, da infância e da educação integral.

Fui mesmo o redator do capítulo das "Garantias Individuais e dos Direitos dos Cidadãos" da Constituição do Estado do Paraná. Sou membro do Comitê de Relações Internacionais da Internacional Socialista, por designação pessoal do Governador Leonel Brizola. Pela convicção intelectual advogo a superação das formas primitivas de conduta, pela busca de "igualdade de oportunidades, inclusive de acesso à Justiça, a todos os cidadãos".

No dia de ontem, dos mais tranquilos e felizes da minha vida, participei, pela manhã, da assinatura do acordo que saneou o Sistema Financeiro do Estado, resolvendo a disputa pela dívida da Cidade Industrial de Curitiba, em companhia do Prefeito Jaime Lerner, no Palácio Iguazu, como interlocutor do Senhor Governador Roberto Requião, também numa reunião subsequente sobre a multiplicação de moradias populares em Curitiba, e solução para a invasão da área dita Ferroviária, na capital. À tarde estive o tempo todo em Plenário advogando a reabertura do BADEP, e do Palácio Sede da Assembléia me retirei, em companhia por um pedaço do trajeto, do Senhor Presidente do Poder, Deputado Anibal Khury.

Não vi nada do que o informante jornal me imputa. Ou imputa a esta Casa. Temo que o processo pré-eleitoral provoque tais "fantasias" com o fito de desmoralizar o delegado chefe da segurança da Casa, os trabalhadores que o auxiliam, atingindo diretamente o Poder Legislativo, e preferencialmente a mim.

Não desejo para minha biografia a alcunha de "mentor", ou sequer "pivô" de espantamentos de populares. Isto é contra minha fé! Por isso, reajo veementemente, e protesto, pedindo aos Poderes Constituídos todas as providências que me assegure a lei. Seja no âmbito da comunicação social - onde a mídia caluniosa torna-se tanta vez irreparável -, seja no âmbito interno deste Palácio XIX de Dezembro, seja no âmbito do aparato estadual de Segurança Pública.

Lembro que a "persuasão política" serve-se da calúnia, do "ouvir dizer", "do parece que aconteceu", para falsear a verdade, e deformar condutas - como a minha - exclusivamente voltadas ao bem comum.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja

transcrito nos Anais desta Casa, o editorial publicado pelo jornal "Folha de Londrina", em sua edição de 30 do corrente.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A publicação coincide com a estruturação da Bancada do PST - Partido Social Trabalhista nesta Assembléia Legislativa e enfoca, com objetividade e escoreitamento, o momento político que o Estado do Paraná está vivendo.

O editorial é uma radiografia analítica veraz do novo mapeamento que delineia as agremiações partidárias nacionais e ainda dá contornos expressivos à nova postura do Líder Álvaro Dias.

REQUERIMENTO N° 2912

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritas nos Anais deste Poder, as conclusões do "1° Encontro Paranaense de Professores de Contabilidade", realizado em promoção conjunta da Universidade Estadual de Maringá com o Conselho Regional de Contabilidade, no período de 26 a 28 de setembro deste ano, em Maringá.

O Encontro destinou-se a palestras, debates e apresentação de trabalhos, envolvendo o ensino da contabilidade aos níveis de 2° e 3° graus.

Discutiu-se, nesse período, desde problemas relacionados ao ensino às deficiências metodológicas, até a necessidade de utilização da informática no ensino da contabilidade.

Esse fórum concluiu: "INVESTIR NA EDUCAÇÃO É O CAMINHO PARA UM BRASIL MELHOR", dentre outras propostas específicas para a área de contabilidade.

Sala das Sessões, em 31.10.91.

(a) ALGACI TULIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lida e aprovada a ata.

Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

No horário das lideranças consulto a liderança do:

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

Independente.

(Declina).

PL.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Há trinta dias os servidores do setor de saúde do nosso Estado estão em greve. Esses trabalhadores do setor de saúde tiveram como última alternativa de melhoria salarial a paralização dos seus serviços para lutar pelos seus direitos. Há trinta dias a condição de atendimento da saúde da população paranaense está reduzida uma vez que parte desses trabalhadores estão lutando pelos seus direitos.

Em oportunidade anterior esta Casa Legislativa votou o salário daqueles servidores e nós alertamos que a grande maioria daqueles trabalhadores que perceberiam o salário mínimo ou menos do que isso. E é justamente isso que acontece: grande parte daqueles trabalhadores tem a tabela abaixo do salário mínimo e é dado um abono para complementar o salário.

A postura da bancada governista nesta Casa tem sido a de avestruz, enfia a cabeça no chão e não toma conhecimento da situação desses trabalhadores; tem sido uma postura de Pôncio Pilatos, lavando as mãos e deixando que esses trabalhadores sejam submetidos à opressão e ao achatamento de salário.

Antes de entrar em greve, o sindicato que representa estes trabalhadores procurou o Governador para negociar e até hoje não foi recebido uma única vez. Nós cobramos, se o Governador é democrático, se a bancada do PMDB, que diz que é democrática, porque ela não faz absolutamente nada visando a uma negociação e a solução desses problemas? Ela não toma nenhuma iniciativa, não faz absolutamente nada a não ser contribuir com o Senhor Governador para que mais achatado seja o salário e que mais esses trabalhadores sofram.

Nós apelamos aos Senhores Deputados do PMDB e da bancada governista para que tenham sensibilidade, que procurem a entidade desses servidores, que procurem negociar uma saída para esta situação porque está muito difícil para esses trabalhadores.

O Governador Roberto Requião, ao contrário de procurar uma negociação, de procurar uma saída para esta situação, cortou os salários de todos esses trabalhadores e hoje alguns deles vêm com contracheques negativos, como que devendo para o Governo do Estado, como que se esse não deve nada, como se o Governo do Estado sempre pagou

em dia as inflações que se teve em nosso País. Como que se o governo do Estado tivesse uma política salarial, se ele respeitasse data base. O Governador não respeita data base, não apresenta proposta de política, não recebe esses trabalhadores e corta o salário, submetendo milhares de cidadãos a fome, porque não tendo salário, não terá comida na casa dessas pessoas.

O governador que faz discurso, que cobra postura democrática, provavelmente ele não tem moral nenhuma para fazer isso porque a ação dele em relação aos seus trabalhadores tem sido uma ação fascista. O Governador Roberto Requião tem tido uma posição autoritária e politicamente se comportado como um fascista em relação aos trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná e ainda demonstrando quem realmente ele é, agora submetendo esses trabalhadores realmente a fome, pois não têm dinheiro para comprar absolutamente nada com o salário que foi cortado.

Cobramos da bancada governista e do partido do PMDB que se realmente tem preocupação social, se realmente quer ter um discurso coerente com a prática, encaminhem solução para esse problema e não se calam ou se façam de inocentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PST.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente.

Vossa Excelência me permite apenas, rapidamente fazer um esclarecimento, com a permissão do líder Geraldo Cartário, ao Deputado Doutor Rosinha, quando cobra do PMDB, da bancada do governo uma posição em relação à greve do setor de saúde.

Eu queria dizer a Sua Excelência e a esta Casa que por várias vezes e ainda ontem por mais de duas horas eu estive com o Secretário Nizan, da Saúde, discutindo essa questão.

Nós não estamos, como disse Sua Excelência, como avestruz, enfiando a cabeça no buraco e indiferentes à situação, pelo contrário, nós estamos muito preocupados. A nossa história inclusive abona essa afirmação nesta hora. O que nós queremos realmente é que se faça com os servidores do Estado o que se puder de mais justo dentro de uma situação de dificuldades que o Estado vem enfrentando.

Agora nós não temos condições de dar solução satisfatória para todos os problemas. Agora também dizer, Senhor Presidente, que nós estamos indiferentes a uma solução, também não é correto.

Sua Excelência não foi muito feliz nessa afirmativa, porque ele desconhece o que nós do Governo, da bancada do PMDB, mais particularmente, que eu posso falar por ela o que nós estamos fazendo. O que cabe a nós do Governo, Excelência, é dia-

logar com as autoridades do Governo. É o que nós estamos fazendo, mas nem sempre esse diálogo, Senhor Presidente, transpira, ele sai para fora. A gente coloca na imprensa, porque nem sempre isso contribui para uma solução. Agora temos conversado, não só este Deputado, como vários Deputados, com o Secretário Nizan e com o Governador Roberto Requião procurando buscar uma solução para esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assumo esta tribuna, hoje, pela primeira vez como líder da nova bancada do Partido Social Trabalhista, agradecendo a notabilizante delegação de meus compaheiros de partido, que se conduziram generosamente nessa decisão que tanto me honra e sensibiliza.

Pego a Deus que me ilumine e guie no desempenho das graves responsabilidades que me esperam. Pego que não me falem humildade, equilíbrio e senso de justiça, no exercício dos deveres do cargo, e espero a boa vontade e tolerância dos nobres Pares para algum futuro eventual tropeço.

Aproveito, também, a ocasião para falar do grande sucesso da convenção partidária que assinalou, no último final de semana, a ascensão do eminente paranaense Álvaro Dias ao comando nacional da minha nova agremiação política, o Partido Social Trabalhista - PST. A grande concentração partidária, realizada no Centro de Convenções de Curitiba, afluíram mais de 6 mil pessoas, que aclamaram a decisão de Álvaro Dias de aceitar sua indicação para a presidência do Diretório Nacional do PST, apoiando, igualmente, as lideranças políticas que resolveram acompanhar o ex-Governador ao seu novo partido, entre as quais este Parlamentar e sete outros com assento nesta Assembléia Legislativa.

Orgulha-me constatar que a decisão de me transferir para a nova legenda também empolgou figuras do calibre de meus nobres colegas Luiz Carlos Martins, João Preis, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin, Dirceu Manfrinato, Edson Lino e José Artur Ritti. Orgulha-me, também, a adesão dos Deputados Federais Luiz Carlos Hauly, Antonio Romero, Carlos Scarpelini, José Felinto e Delcino Tavares, conosco se mudaram ainda, para o novo PST; membros eminentes do Governo paranaense, como Osmar Dias, Secretário da Agricultura e do Abastecimento; Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária da Cultura; Edson Gradia, Secretário de Esporte e Turismo; e Eduardo Requião, Secretário Especial do Governo.

Ao PST também se filiou um grande número de Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores e outras lideranças políticas da Capital e do Interior do Estado, além de uma legião de militantes anônimos - milhares deles - igualmente empolgados com a campanha de Álvaro Dias.

A companhia de gente tão ilustre e tão comprometida com as propostas de reabilitação das esperanças do povo, tornou-se menos pesadosa com a decisão de me desligar do PDT, deixando para trás o convívio de companheiros de Bancada, que aprendi a estimar e respeitar, como os Deputados Albino Corazza e Cezar Silvestri, além do próprio Líder Nacional pedetista, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola - aos quais devo o mais sincero reconhecimento pelo apreço com que me distinguiram, enquanto fui Líder do Partido na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quiseram os fatos que eu me apartasse, para seguir destino político diverso, mas guardo deles uma lembrança carinhosa e amiga, manifestando-lhes a certeza de que seu companheirismo me foi sumamente honroso.

Da histórica convenção do PST, ressaltando, também, a indicação do nome do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, para Presidente de Honra do meu novo Partido. O fato selou a aliança dos dois maiores Líderes do Paraná, e hoje posso dizer que o PST está para o PMDB do Paraná, como Álvaro Dias está para Requião: de mãos dadas.

A memorável convenção também foi honrada pela presença do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, tendo sido ainda prestigiada pelo ex-Governador Jayme Canet Júnior; pelo Presidente do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro, José Carlos Gomes de Carvalho; pelo Diretor do Departamento Estadual de Trânsito, Francisco Deliberador Neto; e pelos Deputados Orlando Pessuti, Líder da Bancada Governista nesta Casa; Heinz Georg Herwig, Carlos Simões, Durval Amaral e Severino Félix Pessoa.

Com nossa adesão ao PST, vamos contribuir para tornar realidade um sonho nacional, o sonho de um projeto político lastreado no resgate da decência dos costumes políticos, na competência, na eficiência administrativa e na moralidade pública. Vamos, com firmeza de propósitos, demarcar o espaço a que o Paraná tem direito no cenário nacional. Vamos enfrentar, com destemor e armas novas, a realidade tremendamente sofrida do dia-a-dia do povo brasileiro e particularmente, do povo paranaense, que já não têm mais como suportar o peso da desesperança e a carga brutal de sacrifícios que o Governo Federal cada vez mais impõe ao País.

Vamos reagir aos escândalos, à corrupção, e à falta de transparência na condução dos negócios públicos, oferecendo à Nação uma chance real de reverter o caos dominante.

Com a irrefreável escalada do PST no cenário político nacional, oferecemos, enfim, ao Brasil, a perspectiva de um choque de moralidade nos costumes políticos e nas práticas administrativas deste País.

Saudando meus dignos Pares, termino afirmando que o PST está de portas abertas a todos quantos ainda ousam acreditar que nem tudo está perdido na cena política brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão plenária, onde estará representando o Governador do Estado do Paraná, nas festividades do Município de Morretes.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI. Com PARECERES da C.E. e C.C.J., negando prosseguimento à Ação Penal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/91

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, autos nº 91.04.15948-9 (RS), oficiado pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, em que é indiciado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4.ª Região da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA

Considerando que a Comissão de Constituição e Justiça, em obediência à tradição de defesa das prerrogativas parlamentares, que tem pautado os atos desta Casa, houve por bem opinar pela rejeição da licença prévia para processar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, endossando, em todos os seus termos aquela decisão, resolve apresentar à apreciação do Plenário o Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Sala das Sessões, em 16.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Ao pedido de licença prévia formulado pelo Meretíssimo Senhor Juiz Presidente do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, com sede em Porto Alegre, RS.

O Meretíssimo Senhor Juiz Presidente do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, através do ofício nº 585/01-GP, datado de 09 de setembro de 1991, solicita à Presidência desta Assembléia Legislativa que consulte a Casa, no sentido da concessão de licença para processar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por pretensas infrações à Lei 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, e ao Código Penal.

O pedido de Sua Excelência, formulado dentro da mais restrita obediência aos princípios constitucionais, vem instruído com cópias autenticadas da Ação Penal e da Ação Cautelar de números 91.04.15948-9 e 91.04.15949-7, respectivamente.

DA DOUTRINA:

O instituto da imunidade parlamentar, que, segundo Kelsen, remonta à época medieval, é ainda mais antigo, pois na cultura greco-romana já se respeitava a inviolabilidade e a isenção dos oradores, pelas opiniões e pelos votos. A coroa de mirto, com que se cingiam as fronteiras, era o símbolo de sua intangibilidade.

Na sua forma atual, a imunidade parlamentar constitui norma de direito objetivo e não simples direito subjetivo. Visa proteger a comunidade e a democracia e assegurar a independência do Poder Legislativo. É preliminarmente um privilégio da Assembléia, e não de seus membros. A vontade do deputado em dela renunciar é juridicamente irrelevante.

Diante do pedido de licença para processar criminalmente o deputado, a Câmara, o Senado, ou as Assembléias Legislativas, podem decidir de duas maneiras, agindo sempre como um verdadeiro Tribunal, com liberdade plena, concedendo a licença, ou negando-a.

Sobre o assunto, Hauriou opina, em seus Princípios de Direito Constitucional,

que: "É interessante saber qual a jurisprudência parlamentar em matéria de autorização e processo, se a autorização deve ser concedida facilmente ou dificilmente. De fato, de acordo com as tradições parlamentares ela é dificilmente concedida; a presunção é de que a autorização deve ser negada, a menos que existam motivos graves para concedê-la".

Destarte, diante do pedido de licença para processar um deputado, a regra é negá-la, exceto com a ocorrência de motivo grave. É um meio de defesa do Poder Legislativo contra os acidentes do caudilhismo ou da ditadura. Os representantes do povo devem ser protegidos contra tais acidentes, de acordo com os princípios da Constituição.

A esse respeito, é bastante esclarecedora a opinião do Doutor Sérgio de Oliveira Médici, Promotor de Justiça e Professor de Direito Penal na Faculdade de Araraquara, São Paulo:

"A inovação da atual Constituição está na imunidade parlamentar absoluta para fatos ocorridos fora do exercício das funções de deputado e de senador. As Cartas anteriores somente consideravam inviolável o parlamentar por suas opiniões, palavras e votos "no exercício do mandato", que, segundo entendimento doutrinário, "significa a atividade própria do congressista na casa a que pertence, ou em missão oficial, por determinação dela."

E, mais adiante:

"Como a Carta atual não faz referência ao exercício do mandato, deve-se entender que ficará excluída a punibilidade do parlamentar por eventual crime decorrente de opinião praticado fora das funções próprias do congressista.

Essas imunidades (materiais) referem-se aos delitos de opinar, isto é, cometidos por meio do discurso (em sentido amplo) do parlamentar. Abrangem os crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) comuns e praticados por meio da imprensa; incitação ao crime; apologia de crime ou criminoso; vilipêndio a culto religioso, etc. Não haverá exclusão de pena nos demais crimes, como homicídio, furto, roubo, estelionato, estupro, peculato, etc). (Revista dos Tribunais - abril 1991 - pág. 403).

CONCLUSÃO:

Nestas condições, levando-se em consideração as tradições desta Casa, e não havendo motivo relevante gravidade para que a concedamos, opinamos no sentido de que esta Casa NEGUE a concessão da licença prévia solicitada pelo Meretíssimo Senhor Juiz Presidente do Tribunal Regional Federal da 4. Região, para poder dar prosseguimento à Ação Penal contra o DEPUTADO LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

É o parecer, "sub censura".

Sala das Comissões, em 15.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

Está impedido de votar, o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, a questão da imunidade parlamentar o Partido dos Trabalhadores tem uma posição muito clara a nível nacional. A nossa posição é de que todo e qualquer parlamentar deve ter a sua imunidade para o exercício do mandato, seja esse exercício no parlamento, na imprensa, enfim, em qualquer local, seja por emissão de opiniões políticas, críticas, denúncias e assim por diante.

No que diz respeito a outros tipos de processos, como processos que serão porventura discutidos ou que tenham que ser discutidos e questões outras como roubos, tráficos ou qualquer uma outra posição ou qualquer um outro, considerado crime, não ligado ao exercício do mandato, o Partido dos Trabalhadores a nível nacional orienta a todos os seus parlamentares, a votarem contra o direito da imunidade. Nós entendemos que a imunidade deve somente se limitar ao exercício do mandato e nada mais. Fora isso, nós do PT votaremos para que seja autorizada a justiça no sentido de processar. Então esse é o voto da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Votos contrários da Bancada do PT.

Aprovado o projeto de resolução da Mesa.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Decreto Legislativo n. 010/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina a sustação da Queixa-Crime, Processo n.º 17520-8, contra o Deputado Carlos Simões. Com PARECERES da C.E., e C.C.J., negando prosseguimento à Ação Penal.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 010/91

Art. 1.º - Fica sustada, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição Estadual, a queixa-crime, processo n. 17520-8, oferecida por Benjamim Cardoso da Silva contra o Deputado Carlos Simões.

Parágrafo Único - O Presidente do Po-

der Legislativo dará ciência ao Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA

Tendo em vista parecer favorável exarado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, esta Comissão Executiva acata tal parecer e propõe ao douto Plenário o presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, em 23.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROTOCOLO N° 9862/91

P A R E C E R:

Chamado a opinar na qualidade de Relator do Processo protocolado sob n. 9862, de 08 de outubro, próximo passado tenho a dizer o seguinte:

Para que o Parlamentar, eleito pelo povo como seu representante, possa bem desempenhar suas funções, torna-se necessário que o mesmo esteja sujeito a determinadas exceções ao regime comum - aqui não entendidas como privilégios - mas como um direito peculiar e especial no sentido de proteger o livre exercício do mandato de arbitrariedades e malevolências.

"A razão das imunidades não é de ordem individual (diz Pedro Calmon), não é uma garantia apenas do mandato: é condição existencial de um dos poderes constitucionais, inerente, por igual, à independência, ao livre funcionamento e à inviolabilidade do Legislativo. É uma segurança do Estado, não de pessoas; é um direito de integridade que tem a Câmara, semelhante ao que torna intangíveis Executivo e Judiciário".

Por outro lado, não é uma inovação no direito público, pois já as Cortes espanholas e portuguesas, segundo Pedro Calmon, "já se reuniam com amplas garantias, de sorte que a prisão de um dos emissários ou representantes populares implicaria em imediata dissolução da assembléia".

Os tribunos do povo, na antiga República Romana, já eram consideradas "pessoas sagradas" (res sacra), inclusive, durante os períodos de "tumultus" quando ocorria a suspensão geral das garantias públicas, aos tribunos era assegurada a inviolabilidade e a intangibilidade.

As exceções a que os Parlamentares estão sujeitos, são, inclusive, irrenunciáveis,

uma vez que não visam o interesse pessoal, mas o interesse público a ser salvaguardado através do correto exercício do mandato. Embora a pessoa do parlamentar seja resguardada pelos dispositivos contidos nos artigos 53, da Constituição Federal e 57, da Estadual, ela não é a diretamente beneficiada o que se visa beneficiar é a instituição parlamentar; o direito juridicamente protegido é o "Parlamento enquanto instituição, eu diria até que é antes mesmo o povo, que quer ter a sua representação respeitada" (Professora Fernanda Menezes).

O Deputado, na condição de cidadão comum, não está livre de determinados encargos, mas sim na condição de representante do povo que necessita desse amparo para poder exercer, livre de pressões e maledicências de elementos do poder público ou privado, o cargo para o qual foi eleito.

Os artigos 27, § 1º, da Constituição Federal e o 57, da Lei Maior Estadual nos convencem da necessidade do Plenário desta Casa recursar o solicitado por meio do expediente n. 262/91, - O.E., de 11 de setembro de 1991, do Tribunal de Justiça, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, pelo Desembargador Ronaldo Accioly.

Portanto, o parecer é pela não concessão da licença para processar o nobre Deputado Carlos Simões, o que, salvo melhor juízo, virá proteger o Poder Legislativo, como um todo, das campanhas que visam desacreditá-lo perante a opinião pública.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Impedido de votar o Deputado Carlos Simões.

Os Senhores Deputados que aprovam o decreto legislativo oriundo da Mesa com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, conservem-se como estão. **Aprovado**, com os votos contrários do PT.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 420/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no município de Borazópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 430/91, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, denomina Rodovia Humberto Miguel da Silva a rodovia PR-272 ligando Tomazina a Siqueira Campos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

daie.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 464/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DE PORTADORES DE LESÕES LÁBIO-PALATAIS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 466/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 084/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, altera dispositivos da Lei Estadual n. 7.777, de 13 de dezembro de 1983, que trata da gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado- IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Anexado o Projeto de Lei n. 110/91, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo. (Publ. no DA. n. 22, de 19.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N. 84/91

P A R E C E R:

Refere-se ao projeto de lei de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, objetivando alterar dispositivos da Lei Estadual n. 7.777 de 13 de dezembro de 1983, que trata de gratificação especial concedida a pensionistas do Instituto de Previdência do Estado- IPE.

Analisado sob o ângulo da legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, concluímos por sua viabilidade, uma vez que trata-se de regulamentar situação discriminatória e prejudicial ao beneficiário pensionista, que não repercutirá em dispêndio financeiro pelo Estado, que terá sua fonte de custeio na contribuição previdenciária, sanando-se assim um erro que vem sendo reiteradamente reconhecido, pelo Poder Judiciário.

É o parecer favorável, pela regular tramitação.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 84/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 084/91, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, propõe alterar dispositivos da Lei Estadual n. 7.777/83, que trata de gratificação especial concedida aos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado- IPE.

É certo, ressalta a iniciativa parlamentar, a proposição ensejara que os pensionistas do Estado se integrem àquelas categorias que percebem gratificação equivalente a 13º salário como, aliás, o Poder Judiciário se pronunciou em repetidos acórdãos lavrados em sua mais Alta Corte no Estado.

Como se apresenta, o plano merece amplo acolhimento desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 084/91. Aprovado.

O SR. ORLANDO FESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, nós estamos encaminhando esse projeto e estamos devolvendo um entendimento com o Deputado Algaci Túlio, acerca desse assunto e entendemos que seja realmente de grande interesse do servidor público do Paraná.

Nós estamos argumentando perante o Deputado Algaci Túlio, que esta matéria relativa aos pensionistas do IPE, aos aposentados do Estado, vem merecendo nos últimos dias, um estudo bastante aprofundado daquele Instituto, bem como também da Secretaria da Administração e nós entendemos que dentro de alguns dias, nós teremos nesta Casa, mensagem do Senhor Governador, propondo uma série de alterações, uma série de modificações em todo o sistema previdenciário do Estado do Paraná.

Nesse sentido nós estamos argumentando com o Deputado Algaci Túlio e já se encontra de posse do Deputado Renato Adur que está fazendo entrega à Mesa de requerimento, solicitando a retirada dessa matéria por cinco sessões, para que nós possamos aprofundar a análise do assunto, de forma que não venhamos a aprovar alguma coisa que possa ser modificada nos próximos dias ou que possa vir já, integrante de uma mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador.

Então, conversando com o Deputado Algaci Túlio, o mesmo acordou, e estamos propondo, através do autor do Projeto, a

retirada por cinco (05) Sessões.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendemos a importância deste Projeto para os Servidores Públicos do Estado do Paraná.

A questão do 13º Salário do servidor é por deveras importante. É uma obrigação do Estado.

No entanto, nós mais uma vez, querendo colaborar com o Governo do Estado, querendo ver que realmente seja recuperada a dignidade do Servidor Público, vamos conceder por cinco dias, a licença de retirada da Ordem do Dia, do mesmo, e que neste período o Governador do Estado encaminhe a esta Casa, uma Mensagem propondo corrigir esta distorção em relação ao 13º salário.

E na sequência, se esta Mensagem que vier a Casa não for a que está na expectativa dos servidores, evidentemente, o projeto retornará à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 084/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/91, de autoria do Deputado Élio Rusch e outros, dispõe sobre crédito agrícola, critério de pagamento e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. Com EMENDA com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por unanimidade. (Publ. no DA. nº 25, de 01.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 99/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição e emenda supra, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, sob os critérios legais, constitucionais e regimentais, nenhum óbice encontramos, que pudesse inviabilizar a mesma.

Pelo que nosso PARECER é FAVORÁVEL a normal tramitação com a apreciação soberana do Egrégio Plenário.

É o parecer favorável.

Sala das Sessões, em 12.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 99/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, objetiva autorizar o Poder Executivo, através do BANESTADO, a conceder crédito agrícola para pagamento em produtos.

A iniciativa coerente, protegerá o agricultor paranaense dos descaminhos da política financeira, contra o que até hoje não tem meios de proteger-se.

Com a retificação proposta na Emenda apresentada, o projeto está apto a merecer o integral acolhimento desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

PROJETO DE LEI Nº 099/91

EMENDA CORRETIVA MODIFICATIVA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Banco do Estado do Paraná, a conceder créditos para financiamento agrícola, o qual será pago pelo contraente/financiado, em produtos agrícolas.

Parágrafo Único - Os créditos agrícolas já contraídos à critério do agente financeiro, também poderão ser convertidos na mesma modalidade.

Art. 2º - A presente lei será regulamentada por decreto, de autoria do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.91.

(a) ÉLIO RUSCH

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pasutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 099/91. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei nº 99/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, denomina como "Escola Estadual José Fressato" (ensino de 1º Grau), o estabelecimento educacional que especifica, nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 31, de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 121/91

P A R E C E R:

AUTORIA: Ilustre Deputado Algaci Túlio.

SÚMULA: Denomina como "Escola Estadual José Fressato" Ensino de 1º Grau, o estabelecimento educacional situado na Rua Nova Londrina, 30, nesta Capital.

Ante a manifesta concordância da Secretaria da Educação, e face a inexistência absoluta de quaisquer óbices de natureza constitucional ou legal, nosso Parecer é Favorável a aprovação do presente Projeto de Lei e seu conseqüente encaminhamento à apreciação do Douto Plenário, ao mesmo tempo que nos parabenizamos com seu ilustre autor pela oportuna e justa homenagem.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO DE LEI N° 121/91

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

P A R E C E R:

I - A presente proposição denomina como "Escola Estadual José Fressato" (Ensino de 1º Grau), o estabelecimento Educacional que especifica, nesta Capital.

II - Diante da manifestação favorável da Secretaria de Estado da Educação, conforme solicitação da douta Comissão de Constituição e Justiça, e não havendo óbices dentro da competência desta nobre Comissão, nosso parecer é favorável.

É o parecer, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que dá nova redação à Lei n° 5.971/69. (Fundo de Crédito Agropecuário). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.L.C., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 247/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do excelentíssimo Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade dar nova redação à Lei n° 5.971/69

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legisla-

tiva, estando a matéria em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 247/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, objetiva dar nova redação à Lei n° 5.971/69, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Crédito Agropecuário.

Por seu teor e pela forma como se apresenta, nada obsta a sua regular tramitação nesta Comissão.

O parecer, assim, é pela integral aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA

PROJETO DE LEI N° 247/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade dar nova redação à Lei n° 5.971/69 (Fundo de Crédito Agropecuário).

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Agricultura não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.91.

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

JOÃO PREIS

Relator

Em discussão.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Apenas registrando que o Partido dos Trabalhadores é favorável ao referido projeto, porém, amanhã, ou melhor, na próxima sessão, temos a intenção de apresentar uma emenda que contemple também os mini-produtores rurais, cuja figura foi estabelecida

já em recente lei aprovada no Congresso Nacional.

E como a intenção do projeto é atender, através desse Fundo, aos pequenos produtores, nós entendemos também que pelas mesmas razões deva atender aos mini-produtores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 421/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e Outros, isenta os municípios de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como de certidões de registro de imóveis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 117 de 18.09.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 421/91

P A R E C E R:

O Presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Albino Corazza e outros, objetiva isentar os Municípios de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas e protestos, concordatas e falências, bem como certidões de registro de imóveis.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposta em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 421/91

P A R E C E R:

Esta Comissão de Finanças, procedendo à análise do Projeto de Lei n° 421/91, de autoria do nobre Deputado Albino Corazza e outros, que tem como finalidade isentar os Municípios de custas no registro de matrículas imobiliárias, de certidões negativas de protestos, concordatas e falências, bem como certidões de registro de imóveis, na-

da encontrou, tanto de caráter legal, regimental ou constitucional, que pudessem impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, esta Comissão emite o seu parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 426/91, de autoria da Deputada Emília Belinati, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor George Craig Smith, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 120 de 23.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 426/91

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Emília Belinati, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor George Craig Smith.

O projeto está elaborado de acordo com as especificações do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, estando devidamente justificado.

Com relação ao mérito do presente, conforme destacado na brilhante justificativa, o referido cidadão é pessoa das mais ilustres da cidade de Londrina, já tendo sido, inclusive, declarado Cidadão Honorário do Município. Foi um desbravador, que com sua coragem e espírito de luta, abriu caminho para a colonização da região Norte do Paraná.

Desta forma, como demonstração de reconhecimento por seu pioneirismo, nada mais justo que conceder-lhe uma singela homenagem através da declaração que ora se pretende.

Somos favoráveis à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 445/91, de autoria do Deputado Renato Adur, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA CACHOEIRA, de Almirante Tamandaré-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado. (Publ. no D.A. n° 126 de 02.10.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 445/91

PARECER:

Sob nossa análise o Projeto de Lei n° 445/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que propõe seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Cachoeira, sita no Município de Almirante Tamandaré.

Sob o aspecto jurídico, a propositura encontra o necessário amparo no disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, verificando-se também encontrarem-se apenas os documentos comprobatórios da observância dos critérios estabelecidos no mencionado diploma legal.

Manifestamos, destarte, nosso parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 445/91, encontrando-se o mesmo em condições de seguir sua normal tramitação.

Sala das Sessões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 459/91, de autoria do Deputado Dobrandino G. da Silva e outros, que corrige a redação do Art. 1° da Lei n° 9.370 de 13.09.90, conforme especifica. (Criação do Município de Mercedes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 127 de 03.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 459/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, o Projeto de Lei n° 459/91, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, pretende a correção na redação do art. 1°, da Lei 9370 de 13 de setembro de 1990, que cria o município de Mercedes, para que onde se lê "lote 35 do 18° perímetro "leia-se" lote 135 do 18° perímetro".

Da análise proferida, concluímos que a matéria não fere dispositivo tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, pois visa somente a correção do traçado do polígono definidor da área.

O I.B.G.E., (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme Ofício n° 12/91, alega no citado expediente, que a lei que cria o mencionado Município, ao definir seus limites gerou incoerências cartográficas.

Por tais fatos, e mais, por tal alteração em nada modificar a área definida em

Curitiba, quinta, em 31.10.91

Lei, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL. É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 049/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 049/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizado Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Eduardo Krüger, o imóvel constituído do lote n° 20, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura Município de Pitanga, com área de 203,5306 hectares.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 052/91

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 66/91, objetiva a aprovação desta Assembléia Legislativa de medida autorizatória para alienação do imóvel que especifica a Edu Krüger.

Analisada a matéria sob os aspectos constitucionais, legais e regimentais, notamos a atenção da iniciativa para o disposto no inciso XXXI, do artigo 54, da Constituição do Estado, não havendo necessidade de precedência de concorrência pública para a alienação, como preceitua o parágrafo único, do artigo 10, da mesma Carta, pois trata-se de pessoa física e assentamento de caráter social.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça da seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposição em tela.

É o Parecer, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 049/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, visa autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel ao Sr. Edu Krüger, no município de Pitanga, conforme especifica.

A matéria analisada o seu aspecto constitucional, legal e de técnica legislativa pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu Parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, conclui, através de seu Relator, que na presente proposição nada existe que impeça a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto de resolução em tela. É o PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores solicita por parte da Bancada do Governo e de suas Lideranças uma explicação das razões que estão levando o Estado do Paraná a autorizar a alienação de imóvel rural conforme especifica o item 15 e também o 16 e 17 da Pauta.

Nós entendemos que neste momento em que o Estado do Paraná, inclusive no seu Orçamento de Estado, nas condições de Governo tem manifestado a disposição de criação de um Fundo de Terras para aquisição de terras no Paraná, objetivando assentamento de trabalhadores rurais sem terras, entendemos que é inconveniente, pelo menos em princípio, a alienação de imóveis rurais a qualquer cidadão. Ainda mais considerando que as áreas desses imóveis superam em muito o módulo mínimo rural. Fizemos um levantamento, a possibilidade nesses dois imóveis seria de assentamento de pelo menos uma dezenas de famílias.

Então, neste sentido, entendemos que qualquer forma de destinação das terras públicas no Paraná deve ter como prioridade o assentamento de famílias e trabalhadores sem terras. E isto a menos que haja alguma situação de fato concreta que efe-

tivamente justifique esta alienação. E, por isto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores não se sente em condições devidamente esclarecidas sobre a situação de fato que cercam esses imóveis. Então na ausência de um posicionamento, de uma explicação da Bancada Governista sobre esse fato, nós tenderemos lamentavelmente a votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Srs.

Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

Com exceção da Bancada do PT.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 050/91 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autorizam o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 050/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - I.T.C.F., alienar aos Srs. Venício Vecchi e Carlos Dulcemar Vecchi, o imóvel constituído do lote n° 159, da Gleba n° 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 125,2389 hectares.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 049/91

P A R E C E R:

A proposição em exame, oriunda da Mensagem Governamental n° 63/91, objetiva colher desta Assembléia Legislativa a autorização para alienar a Venício Vecchi e Carlos Dulcemar Vecchi, o imóvel constituído do lote n° 159, da gleba n° 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, na forma que especifica.

Ao proceder-se à análise constitucional, legal e regimental da proposição em tela, notamos a preocupação da iniciativa de atender a disposição contida no inciso XXXI, do artigo 54, da Constituição Estadual, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa da proposta.

Nestas condições somos pela apreciação da iniciativa em Plenário, manifestando-nos FAVORÁVEIS à matéria, opinando pela sua aprovação.

É o parecer, na forma de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 050/91

P A R E C E R:

O plano de resolução em tela, oriundo da Mensagem do Poder, através do ITCF, a alienar para Venício Vecchi e Carlos Dulcemar Vecchi, o lote n° 159, da gleba n° 2, da Colônia Boa Ventura, sito no Município de Pitanga.

A par do mérito social que a iniciativa empreende, o Projeto ressalta o íntegro cumprimento das disposições legais, que torna pertinente a sua regular tramitação legislativa e, em consequência, o seu amplo acolhimento nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Aprovado.

Com exceção da Bancada do PT.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projto de Resolução n° 064/91, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que retifica a Resolução n° 009/91, de 1° de janeiro de 1991. (Imóvel). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.E. e C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 064/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1° - No art. 1° da Resolução n° 009/91, de 1° de Janeiro de 1991, onde se lê "lote n° 139, da Gleba 15", leia-se lote n° 136, da Gleba 15".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO EXECUTIVA

Tendo em vista parecer favorável expressado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, esta Comissão Executiva acata tal parecer e propõe ao douto

Plenário o presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, em 23.10.91

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 061/91

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná enviou a esta Casa Legislativa o Ofício n° 266/91, de 23 de setembro de 1991, solicitando providências no sentido de ser retificada a Resolução n° 009/91, de 14.01.91, publicada no D.O.E. de 17 de janeiro, do corrente, visando corrigir um equívoco havido na mesma.

Analizando a documentação anexa ao referido Expediente, constata-se que realmente foi concedida autorização ao Poder Executivo para alienar à União o imóvel constituído do lote n° 136, da Gleba n° 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga.

Em 14 de agosto de 1990, o Coordenador de Terras, pelo Ofício/INCRA/SR-09/n° 433/90, salientou que "a denominação correta do imóvel objeto deste é Lote n° 136 da Gleba n° 15 da Colônia Boa Ventura, com 1.318.7580 hectares, situado no Município de Comarca de Pitanga".

A Divisão Técnico-Jurídica, da Subchefia para Assuntos técnicos, da Casa Civil, no Parecer n° 1.364/90-DTJ, de 29 de outubro de 1990, também afirmou: - "Tem o presente a intenção de obter a necessária autorização legislativa, para que se efetue a transferência do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, caracterizado pelo Lote n° 136, da Gleba n° 15, da Colônia Boaventura, com 1.318,7580 ha., para o domínio da União."

Convencidos pela documentação anexa de que houve um lapso de impressão quando da publicação da Resolução n° 009/91, manifestamo-nos pela retificação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

Sobre a mesa, requerimento n° 2918, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2915, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2910, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2890, de autoria do

Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n's 2904, 2905, 2906 e 2907, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2908, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2909, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento n° 2913, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2912, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n's 2911 e 2914, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2921, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2919, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2916, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2886, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2898, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar) -

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores votaremos contrariamente ao requerimento da Bancada do Governo, até porque não estamos, segundo o Governador, agarrados no corrimão da glória. E também temos profundas divergências pela forma como o Secretário vem conduzindo a sua Pasta. Notadamente as posições autoritárias que tem adotado em relação aos pequenos produtores no Estado do Paraná. E mais do que isso, nós entendemos que este tipo de manifestação de louvor a homens públicos, o julgamento a este tipo de ação e administração deve ser destinado à histó-

ria. Nós corremos o risco de estarmos elogiando alguém, hoje, e amanhã sermos compelidos a nos deparar com diversos fatos desagradáveis. Então, nós neste sentido entendemos que a cautela que este Parlamento deve adotar é no sentido de evitar este tipo de voto de louvor a pessoas que ocupam cargos públicos e que estão sujeitos, amanhã, a ter seus atos, suas posições, profundamente questionados. E nós podemos correr, de certa forma, o risco de nos tornarmos cúmplices daquilo que hoje está sendo feito e que às vezes, aparentemente, alguns julgam uma ação, mas que amanhã a história poderá nos reservar outras surpresas e outras revelações.

Então, é por isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que além de não nutrir nenhuma simpatia pelo trabalho desenvolvido pelo Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, entende que este Poder deveria tomar cautelas no sentido de evitar este tipo de manifestação.

Portanto, o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

E esperamos que seja seguido pelos demais Pares desta Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, para encaminhar

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, eu imaginava ser dispensável o encaminhamento de votação de uma matéria como esta, quando a gente propõe votos de congratulações à atuação de um Secretário de Estado pelo trabalho que ele vem realizando. Mas, já que o Líder do PT, no uso e no exercício legal e natural de suas atribuições e dentro de uma liberdade que deve presidir o relacionamento dentro deste Parlamento se coloca contrário e até diz que é porque não nutre nenhuma simpatia pelo Secretário Osmar Dias...

O Sr. Ernani Pudell - Pelo trabalho, Senhor Deputado. Não pela pessoa.

O SR. JOSÉ TAVARES - Eu não poderia ficar calado diante de uma colocação como esta.

Eu acho, Senhor Presidente, que nós devemos analisar os fatos como eles realmente acontecem. Se o Secretário vem realizando uma grande gestão, não vejo nada de mais votarmos favoravelmente a um simples requerimento de congratulações pelo seu trabalho. Se ele não vem realizando uma gestão digna deste reconhecimento, não há evidentemente, razão para tanto. Até porque se ele não estivesse realizando um

grande trabalho à frente da Secretaria da Agricultura, não seria eu quem iria propor um voto de congratulações a S.Exa.

O Secretário Osmar Dias, além de ser um dos grandes Secretários do atual Governo, do Governo Álvaro Dias, é considerado o melhor Secretário da Agricultura do Brasil dos últimos anos! Dos últimos anos! Pela sua capacidade, pela maneira firme e decidida, corajosa, sem muito jogo político, como ele conduz os negócios na sua Pasta!

Eu sou testemunha, eminente Líder Ernani Pudiell, porque eu pude presenciar o Secretário Osmar Dias por inúmeras vezes, em Brasília, participando de debates com Secretários de Agricultura de outros Estados, na Comissão de Agricultura, e pude perceber qual era a imagem que ele deixava depois das intervenções nestes debates, por mais de uma vez, em Brasília.

Indiscutivelmente o Secretário Osmar Dias é um extraordinário Secretário, sem que isso signifique o que V.Exa. possa estar pensando, que nós aqui do Governo só pensamos em elogiar. Absolutamente não! Agora, reconhecer a capacidade de um Secretário é o mínimo que eu acho que deve acontecer por parte de um Parlamentar. E eu reconheço isso, e a maioria aqui, tenho certeza absoluta, que reconhece a sua capacidade, que ele vem realizando um grande trabalho no Estado do Paraná, em benefício da nossa Agricultura, em benefício dos nossos mini, pequenos, médios e grandes produtores.

Quem é que não conhece o extraordinário programa de preservação das águas, dos solos, do meio ambiente? E o programa que Osmar Dias implantou no início do Governo Álvaro tem trazido benefícios ao Paraná! E o programa de microbacias, que é modelo para o Banco Mundial! Eu lamento não ser modelo para V.Exa.!

Agora nós aqui do Governo, nós temos a humildade de apresentar votos de congratulações até para a Prefeita Erundina, como nós já apresentamos. Lamento que V.Exa. e o seu Partido não tenham esta sensibilidade de reconhecer um trabalho sério, eficiente e competente como o do Secretário Osmar Dias, um mínimo de reconhecimento para se votar, em nome desta Casa, voto de congratulações a S.Exa.

Obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero, neste momento, parabenizar a brilhante decisão do Deputado Tavares, pelo reconhecimento dos relevantes serviços prestados ao Paraná, através do Senhor Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias.

Se o Paraná hoje caminha ainda dentro

de um cronograma de Agricultura que nós reconhecemos que não é a contento e não é o que deseja o nosso Governador Requião, mas ainda caminha na frente de todos os Estados brasileiros, pela postura, pelo comportamento do nosso Secretário, Dr. Osmar Dias.

Dr. Osmar, todo mundo sabe, todo mundo conhece, não é segredo para ninguém, é um homem que joga com seriedade, é um homem que cobra aquilo que o Paraná tem direito, a nível nacional. Quantas e quantas vezes o nosso Secretário da Agricultura desmentiu até o nosso Ministro da Agricultura, quando veio ao Paraná, dando notícias de liberação de recursos. Nós temos sim é que reconhecer, na verdade o trabalho que está sendo desenvolvido na Agricultura do Paraná. Esses, às vezes que questionam contra esta posição ao Senhor Secretário da Agricultura talvez não tenham conhecimento do que foi feito no Paraná, através do Governador Álvaro Dias, com Osmar na Secretaria da Agricultura é a continuidade do Governo Roberto Requião.

Conservação de solo, no Paraná, propiciando maior produção, por hectares, na nossa agricultura paranaense. Está aí o programa Paraná Rural que vem ao encontro das aspirações do pequeno e médio agricultor.

Então nós queremos, em nome da Bancada do Partido Social Trabalhista, manifestar a nossa satisfação e o desejo de estamos hoje aqui votando um requerimento desses porque é um requerimento que faz justiça, é um requerimento que realmente tem que ficar consagrado nos Anais desta Casa.

Lamentavelmente quem é contra este requerimento são pessoas que são contra quem trabalha e prestigiam quem não trabalha!

Obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem o Deputado José Tavares fez uma profissão de fé parlamentarista, fiquei realmente satisfeito com o pronunciamento do Senhor Deputado, que, naquela oportunidade, falava em nome do seu Partido, da sua Bancada porque estava na Liderança naquela sessão e o seu arrobo parlamentarista deve ter feito com que ele apresentasse esse requerimento de congratulações ao Senhor Secretário de Agricultura.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta manifestação de confiança ou desconfiança é própria do parlamentarismo, é própria do sistema parlamentarista onde se derruba secretário, onde se derruba ministro e onde se reforça a posição dos ministros e do próprio primeiro ministro. De modo que não vai aqui nenhuma crítica à atuação do Senhor Secretário de Agricultura, ele está cumprindo com a sua obriga-

ção, ele está cumprindo com o seu dever e quem cumpre com o seu dever não está para merecer os aplausos principalmente da Bancada Governista que tem um acesso fácil ao gabinete do Secretário, onde abre a porta, entra, cumprimenta e faz a sua manifestação de louvor, de apreciação, de agrado e também de apoio ao seu comportamento administrativo.

Mas, quero apenas me referir, ao sentido que se dá a uma votação dessas: é o sentido que é tipicamente característico do regime parlamentarista. E hoje estamos em pleno presidencialismo e, se Deus quiser, a 21 de abril do próximo ano o povo brasileiro haverá de escolher o parlamentarismo. Então aí, naquela ocasião, nós aqui, na Assembléia Legislativa, estaremos apresentando votos de louvor, de congratulações e também de desconfiança. Porque se fosse para apresentar votos de desconfiança contra Secretário de Estado, nós estaríamos com a agenda cheia porque, sabe muito bem os Senhores Deputados que dão apoio ao Governo do Estado, os Senhores Deputados são tratados em segundo plano, não têm acesso sequer às Secretarias, não conseguem discutir com o Secretário os assuntos pertinentes à região que os Senhores Deputados representam e, desta forma, aqui no Paraná, se age assim.

Enfim, nós estamos no regime presidencialista e voto de confiança ou voto de desconfiança não é característica do regime presidencialista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, ao votarmos qualquer voto de favor, digo, de louvor, também temos que nos pautar pela história correta que ela se faz. Disse o Deputado José Tavares que os trabalhos do Secretário Osmar Dias na questão das microbacias é excelente. Queremos dizer que o trabalho é excelente mas não é do Senhor Osmar Dias a idéia, são de técnicos daquela Secretaria na época em que o Secretário era o Senhor Klaus Germer. Tem que se fazer louvor à história e contar a história real.

Com relação ao atual Secretário, creio que o meu companheiro de Bancada Ernani Pudell, já disse boa parte do que tinha que ser dito em relação à postura daquela Secretaria com os agricultores.

E, no que diz respeito ao tratamento que tem dado aos servidores daquela Secretaria é a mesma da que hoje eu já falei em relação ao Secretário de Saúde. É a mesma postura. Quer dizer, não tem porque razão ter voto de louvor a alguém que tem uma

prática de não atendimento dos seus trabalhadores e de desrespeito aos pequenos agricultores do nosso Estado. As propostas do governo de atendimento à agricultura estão aquém das reais necessidades, não chega a 10% do que era a promessa de campanha, por isso não mostrou o serviço para agora já ter esses votos de louvor, que podem ser muito facilmente confundidos com votos de favor. E somos contrários a isto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Annibelli, para encaminhar.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Em nome da bancada do PSDB votaremos favorável ao requerimento, porque vemos no Secretário Osmar Dias competência, dignidade e trabalho. Reconheço, do Governo Álvaro Dias, ao lado do nosso companheiro Heinz Herwig, os dois melhores Secretários do Governo passado.

E vemos no atual Governo, pela fibra, pela luta em favor do pequeno agricultor e, inclusive, a única vez que estive nesta Legislatura, foi ao lado do Deputado Rosinha, quando fomos reivindicar o apoio do Secretário em favor dos pequenos agricultores e do melhor financiamento, que foi a grande luta do Secretário Osmar Dias.

Por isto a bancada do PSDB em meu nome, do Deputado Heinz, do Deputado Alceu Swarowski, do Deputado Tadeu Lúcio Machado, votará favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem.

Gostaria de fazer uma retificação ao que disse o Deputado José Tavares. Nós em momento algum atingimos a pessoa, quisemos questionar a pessoa do Senhor Osmar Dias. Nós o respeitamos. Não temos nenhum laço de amizade, nem de inimizade com o Secretário. Apenas adotei a cautela baseada na sabedoria do meu pai que dizia que "o homem é bom até o dia em que deixa de ser", ou "que a gente descobre que não era tão bom quanto parecia".

E ainda o Paraná exige algumas explicações sobre a queda do monopólio da semente do algodão, as circunstâncias que levaram ao fechamento da CAFE do Paraná, algumas questões relacionadas às usinas no Paraná ... uma série de questões que a História há de esclarecer e talvez amanhã a mesma bancada do Governo se veja na contingência de não ter mais o Secretário na sua equipe de Governo por uma outra razão. É por isto que nós, até com a sabedoria que o Deputado Colombino manifestou, deveremos evitar este tipo de manifestação

que, no nosso entendimento, não contribui para a melhoria da imagem do Poder Legislativo do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Gostaria de me associar a esta homenagem justa que o Deputado Tavares faz a um homem que respeita o trabalho e respeita o trabalhador.

Fundamentalmente Osmar Dias tem, através de sua ação na Secretaria de Agricultura do Paraná, demonstrado uma vocação muito grande em respeito ao trabalhador do campo. E presta, como Secretário de Estado da Agricultura, um trabalho exemplar que podemos dizer como o melhor Secretário brasileiro na área da agricultura.

As considerações do Dr. Rosinha ficam tidas como as considerações de um pequeno intrigante.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente, sou por princípio, contra homenagens a quem quer que seja e acho, inclusive, que o Osmar não precisa disto. Osmar Dias é um Secretário altamente competente. Fui seu colega no Governo passado, sei do seu trabalho, do seu arrojo principalmente, da sua capacidade de trabalho. Mas numa hora em que um colega Deputado apresenta este voto de louvor, não poderia deixar também de, em meu nome, reconhecer o seu trabalho e me associar a esta homenagem ao Secretário Osmar Dias.

Acho que não deve ser praxe, - o Deputado Colombino já falou, nesta Assembléia, este tipo de homenagem, porque o Secretário trabalhando bem, como está trabalhando Osmar Dias, ele, na verdade, não está fazendo mais que sua obrigação, como nós também em que ocupamos um cargo de Secretário, se fizemos alguma coisa, foi não por nosso mérito, mas por obrigação de servir ao Estado, como fizemos e, tenho certeza, Osmar Dias está fazendo.

Osmar merece. Acho que é um Secretário eficiente e nesta hora quero congratular com ele pelo trabalho que tem desempenhado à frente de sua Secretaria.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero também me associar a esta lembrança porque nós devemos acima de tudo homenagear os bons, o Brasil está cheio de filhos do mal, e o nosso Secretário da

Agricultura Osmar Dias é o filho do bem, e nós precisamos começar a lembrar os filhos do bem, os filhos do mal sabem do seu devido lugar. Só nós causa surpresa quando os nobres companheiros Rosinha e Pudell levantam alguns questionamentos a respeito do Secretário quando nós sabemos que o PT Nacional já mandou elementos do partido à Secretaria da Agricultura para buscar informações e subsídios, inclusive a própria Prefeita de São Paulo Luiza Erundina mandou gente do setor de abastecimento da Prefeitura buscar elementos aqui na Secretaria da Agricultura com o Secretário Osmar Dias. Então fico surpreso com essas colocações. Muito obrigado!

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendo neste momento que o PFL não poderia ficar à margem dessa homenagem. Realmente quando nós falamos nas rodadas da agricultura, aqueles que se preocupam com a agricultura no Paraná, com nosso Brasil, com a agricultura rica que tem, porque é rica pela natureza. Encontramos aqui no Paraná uma riqueza maior, a vontade do homem do campo e que tem tido um apoio queira alguém ou não dizer diferente, no Estado do Paraná nós temos um exemplo da agricultura brasileira, e para aqueles que talvez não têm a preocupação que nós temos com a agricultura não têm obrigação de ter algumas informações, nós podemos afirmar que o Paraná é um dos Estados dentro do Brasil e porque não do mundo que tem o melhor controle de erosão sobre a agricultura principalmente. Portanto essa importância, nós concordamos quando diz o PT afirmando que nasceu na vontade do mandato de Germer, nós conhecemos também o seu trabalho e admiramos, mas admiramos mais ainda aquela que assumiu a Secretaria depois da idéia, se ela foi boa foi acolhida e se transformou em realidade, e Osmar fez isso, esse é o grande valor, porque aquele que administra a coisa pública tem que realizar pelo fato e pela necessidade e não pela marca, portanto, talvez, o Osmar não usou a técnica política porque às vezes o que importa é a marca e não o fato. Ele procurou desenvolver um trabalho importante para a agricultura do Paraná, para a agricultura brasileira e nós temos, sem dúvida nenhuma uma agricultura moderna, e dizia eu numa discussão na Boca Maldita lá de Apucarana quando Álvaro Dias falava no seu programa de desenvolver navegação nos rios, dizia eu naquela época há quatro anos atrás que o Paraná poderia fazer isso sim, podia desenvolver esse programa extraordinário, mas primeiro teria que ter um controle da erosão dos melhores, e nós temos hoje, talvez agora um novo Governador ou até com a volta, não

quero dizer que estou fazendo a campanha do nosso ex-Governador, de forma nenhuma, mas ele voltando, ou algum Governador que queira assumir o projeto faça ser possível; por quê. Porque o Paraná está rico em controle de erosão, e é necessário sim, para que possamos continuar produzindo cada vez melhor e ver o nosso Paraná rico que ficou pobre de mata mas ele ficará rico com o reflorestamento e teremos cada vez uma agricultura melhor.

E dessa forma a homenagem de hoje é uma das mais justas ao Osmar. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, registrando os votos em contrário da Bancada do PT, e protestando pelos "royalties" sobre a idéia da conservação de solo que, modestia a parte, é do PT, e aliás, ninguém lembrou de elogiar o trabalho dos funcionários da Secretaria da Agricultura que são permanentes. Seu corpo técnico, capacitado e que com muito orgulho detém uma grande maioria de petistas e que têm sido muito mal remunerados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento n. 2925, de autoria do Senhor Deputado COLOMBINO GRASSANO, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2922, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2923, de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2924, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Não recebido pela mesa, foi dado pela presidência os esclarecimentos ao Plenário.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Não, Senhor Presidente, eu quero encaminhar e vou explicar ao Senhor Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro a Mesa vai dar a sua palavra, se deixarem; primeiro eu vou falar.

A Mesa informa ao Plenário que não houve nenhum incidente no gabinete do Deputado Rafael Greca. Nós solicitamos informações do nosso serviço de segurança. A notícia publicada no "Correio de Notícias" não é verdadeira. Quanto à solicitação ao Secretário de Segurança, pedindo informa-

ções ao Secretário de Segurança, a Mesa não vai solicitar informação ao Secretário de Segurança porque o serviço de policiamento da Assembléia pertence, exclusivamente, ao Poder Legislativo. As outras providências que Vossa Excelência solicitou nós vamos atender.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero ponderar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência pondere.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu retiro o pedido de discussão, então, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero comunicar ao Senhor Líder do Governo que o funcionário do Governo, Senhor João Bosco Vidal, não sei aonde vocês o empregaram, de acordo com o jornal "Correio de Notícias", diz a jornalista Déborah Ianklevit que um homem foi espancado ontem no meu gabinete, um popular foi espancado ontem no meu gabinete, ou melhor, foi espancado pela segurança da Assembléia nos porões desta Casa e saiu quebrado, depois de ter invadido o meu gabinete.

Na verdade o meu gabinete, por ser o gabinete número 01 desta Casa, na portaria da Assembléia, volta e meia é visitado por desocupados, por pessoas embriagadas ou por pessoas que ainda não foram filtradas pelo sistema de segurança. Por isso, eu peço um reforço, sem desmerecer o trabalho do nosso delegado-assistente, dos nossos seguranças, um reforço maior lá no anexo, no prédio Trancredo Neves.

Agora, eu temo que exista aqui uma armação pré-eleitoral, exatamente porque outro dia o Deputado Geraldo Cartário teve o seu gabinete também invadido pelos seguranças da Assembléia a pretexto de um telefonema de assessores meus que comunicavam um ocorrido, que não houve, no seu gabinete; S.Exa. se irritou comigo e eu não estava aqui, estava no IPPUC trabalhando com o Prefeito Jaime Lerner. Não tem sido poucas as vezes que telefonemas ameaçadores freqüentam o telefone, sobretudo, o telefone direto do meu gabinete e mais do que isso.

Ontem, de fato, um cidadão embriagado molestou a menina que faz o serviço de portaria, de recepção do meu gabinete, mas, quando a segurança lá chegou, ele já havia saído.

Então, a gravidade da nota do CORREIO DE NOTÍCIAS se prende a duas coisas: primeiro, a mentira que parece estar sendo institucionalizada no Paraná tentando atingir as pessoas; segundo, ela se prende ao fato de ter sido atribuída a nota a um funcionário público estadual, eu acho que

ocupante de um DAS do Governo do Estado, eu não me lembro direito, mas tenho lá nos registros do Diário Oficial, que é o melhor jornal do Paraná nesse sentido. Bom, a terceira gravidade do fato é que o episódio não houve, porque eu estive aqui defendendo a reativação do BADEP, saí com o Deputado Anibal Khury, passei a manhã no Gabinete do Governador com o Deputado Algaci Túlio e o Prefeito Jaime Lerner na reunião de saneamento das finanças do Estado, depois, da reunião da FERROVILA; depois de ter-me retirado aqui do Palácio 19 de dezembro, fui ao meu escritório, depois fui ao Teatro Guaíra, e voltei para casa, quer dizer foi ontem um dos dias mais felizes da minha vida.

Agora para surpresa minha eu vejo hoje no jornal uma história de que há um corpo de delito no Instituto Médico Legal. Eu procurei falar com o Dr. Cavalcanti de Albuquerque, não o encontrei, depois que há uma queixa minha numa delegacia. Imagino que querem mostrar esse recorte no interior do Estado, dizendo que eu mando espancar pessoas. Isso é grave porque atinge este Parlamento. Nós não temos porões, nós não temos serviço de segurança troglodita. Nós não espancamos ninguém. Eu sou adepto da não violência.

Agora, acho muito estranho e estarei comunicando o teor deste requerimento ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao Sr. Ministro da Justiça e ao Delegado Chefe da Polícia Federal, conforme já me orientou o criminalista Dr. Renê Ariel Dotti que eu contatei hoje de manhã, no sentido de que não se faça em cima de mim esse tipo de armação que contra outros políticos do Paraná já se fez.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, não me move outra coisa senão o bem comum. Eu entrei limpo nesta Assembleia, desta Assembleia vou sair limpo. Não tenho medo de ninguém, muito menos desse palaciano desqualificado, que aliás é desabonatório que o Governador dos paranaenses o conserve se se comprovar que ele foi a fonte de informação desse jornal.

A população do Paraná, precisa mesmo, de uma postura ética de respeito às pessoas públicas de respeito ao bem comum e sobremaneira de respeito a esse parlamento.

Eu morro defendendo a liberdade deste parlamento, ponho a minha mão no fogo pelos rapazes que compõem o serviço de segurança da Casa, não admito qualquer insinuação e vou protestar sim, Sr. Presidente, porque assim preciso fazê-lo, porque se não o fizesse daí em me calando poderia virar cúmplice. E se o Sr. Vidal mandar matar um homem daqui a pouco e dizer que fui eu que mandei matar e pus a culpa no

Delegado Chefe da Casa? O que é que vai acontecer?

Eu não tenho nenhuma disposição de servir de argumento para ficção eleitoral, dessas que nós temos visto frequentar o horário do TRE, com dolorosa tristeza e angústia mesmo.

A persuasão política sordida prescinde da verdade e eu não tenho medo da verdade e quero lutar com as armas da luz. E se for candidato, no próximo pleito, do meu partido, vou escolher as armas do duelo, serão armas de luz e vou esmagar cada um desses oficiais de trevas que se alugam a quem sendo príncipe quer pisar nos outros. Era isso.

O SR. GERALDO CARTARIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca na sua exposição citou inclusive o episódio em nosso gabinete. Parece que eu precisei sair do PDT, pela primeira vez concordar com o Deputado Rafael Greca, em partes. Eu quero aqui concordar quando ele diz que tanto ele no seu gabinete como eu fomos vítimas porque ontem diversos jornalistas me ligavam para o gabinete querendo que eu informasse o que tinha acontecido no gabinete do Deputado Rafael Greca. E eu dizia que o que aconteceu ali é o que acontece todo dia. É a presença do parlamentar, a presença dos assessores e de diversos companheiros militantes do partido e amigos dele que ali vão.

E há poucos dias atrás eu fui vítima também, quando a segurança da Casa adentrou o gabinete, mas eu quero aqui, Sr. Presidente, por isso que eu pedi a palavra para cumprimentar a inteligência e a presteza da segurança desta Casa, porque eles se encontravam almoçando e quando receberam o telefonema que dizia que tinha uma confusão no meu gabinete, em questão de segundos, eles deixaram o almoço e correram para dar segurança.

Por isso, Deputado Rafael Greca eu acredito na segurança desta Casa e quero cumprimentar a segurança desta Casa. O que não podemos evitar são pessoas que procuram atritos, de confusões entre parlamentares e anonimamente ficam ligando de um gabinete para o outro.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Quero testemunhar, Deputado Rafael Greca, que na eleição passada fui vítima desta mesma jornalista e deste mesmo jornal, com uma reportagem desabonadora a minha pessoa, a minha vida profissional e a vida limpa do meu pai, como ex-Deputado Estadual, Federal e Governador do Estado. E a partir desta reportagem mentirosa,

através do Palácio Iguçu, após eu ter me desligado do PMDB, o Paraná inteiro e os municípios que eu representava e que voltavam em mim novamente receberam cartas anônimas, cartas anônimas com carimbo fabricado em nome de parlamentares desta Casa. Até isto cometeram. E não fui só eu a vítima; o Deputado Tadeu Lúcio Machado e o Deputado Hermas Brandão. Para cada região era mandado com carimbo falsificado e fabricado talvez no porões do Palácio Iguçu e isto veio prejudicar a nossa reputação e a nossa campanha. Mas, graças a Deus, a verdade veio à luz e eu consegui, graças ao meu trabalho e a Deus, ser o Deputado mais votado do PSDB. E se cuide, Deputado Rafael Greca, que estão preparando para V. Exa., que talvez esteja assustando os incompetentes para dirigir a Prefeitura de Curitiba, porque a grandeza e o trabalho além Brasil de Jaime Lerner é orgulho de nós todos paranaenses, e Algaci Túlio também.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - A bancada do partido dos trabalhadores quer registrar a sua solidariedade e trazer o nosso desagravo ao Deputado Rafael Greca. Para nós é inconcebível imaginar que o ilustre Deputado tenha participado desse tipo de atitude, até porque nós temos que reconhecer que o Deputado Rafael Greca sabe muito bem usar a força dos argumentos e não poderíamos imaginar uma pessoa mansa, que tem sido um dos maiores tribunos desta Casa, cometer um gesto de violência dessa natureza. E é lamentável que no Paraná dinheiro público continue a financiar esse tipo de jornalismo marron, esse tipo de profissionais que envergonham, no nosso entendimento, a classe dos jornalistas, a quem nós respeitamos, homenageamos e nós esperamos sinceramente que para se combater os adversários é preciso, acima de tudo ter um posicionamento ético, um posicionamento de coerência. A pior arma a mais covarde das armas, no nosso entendimento, é a mentira e a incoerência dos políticos. Isto tem que ser imediatamente banido do nosso país e tem que ser combatido por todos. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - (Pela Ordem) - Eu entendo a sua reta intenção de nos proteger mantendo o serviço de polícia da Casa na alçada deste Poder. Mas, no entanto, para mim, esse idioleto policial é muito remoto, é muito distante. Eu fui uma única vez a uma delegacia de polícia quando fui soltar a imagem do Senhor Bom Jesus do Saivã, padroeiro da igreja da entrada de Antonina, uma imagem do século XVII, que havia sido capturada pelo delegado de furtos e roubos. Não butim de um

roubo, de saque daquela igreja voltada para o patrimônio histórico do Paraná. Eu fui lá testemunhar que a imagem era mesmo do Senhor do Saivã e que ela devia voltar para o povo de Antonina, em procissão que a polícia fez depois, até com relativo brilho. Então, eu imagino que o senhor não dando seqüência ao meu pedido de informação, vai, pode deixar correr uma queixa numa delegacia de polícia contra mim ou contra o serviço de segurança da Assembléia e se houve mesmo essa queixa e se isso foi realmente armado, como é que nós vamos ter certeza, porque o fato de nada ter havido aqui não quer dizer que eles não tenham armado lá. Então, eu consulto da sua sabedoria de Parlamentar experiente e de perseguido político, inclusive, que deve se indignar contra a transformação da sua casa numa espécie de cárcere ou de calabouço, onde se espancam os pobres, eu consulto de S. Exa. o que é que nós vamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado Rafael Greca, primeiramente a nossa integral solidariedade a Vossa Excelência por um fato que não existiu, quicá que se tornou por uma publicação no jornal uma fantasia politiqueira. Mas devo lembrar a Vossa Excelência o artigo nº 109 do Regimento Interno: (Lê - O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências, compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder à Comissão Executiva da Assembléia). Toda a denúncia que se fizer de fato ocorrido na Assembléia ou em outros Poderes, não tem validade alguma. Vossa Excelência pode ficar tranqüilo. Nós estamos de atalaia não sei bem o que quer dizer esse "atalaia", mas vamos preservar a dignidade da Assembléia.

O SR. RAFAEL GRECA - Atalaia era a rocha onde se escondiam os índios ali na entrada de Guarapuava. Uma coisa que o Silvestre entende.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado a Vossa Excelência. Eu gostei desse "atalaia". Vossa Excelência tem a integral solidariedade desta Mesa e o serviço de policiamento e segurança da Assembléia também está solidário com Vossa Excelência, por que realmente nada aconteceu. É uma fantasia política, politiqueira, no intuito de prejudicar a sua futura aspiração de candidato a prefeito de Curitiba.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para informar ao Deputado Rafael Greca que o pedido que fazíamos para discutir a matéria, é para que pudessemos prestar esses esclarecimentos que a Mesa já prestou.

Pego pela ordem para informar aos Senhores Deputados e ao mesmo tempo convidá-los para o ato que estará praticando, dentro de alguns minutos, Sua Excelência, o Senhor Governador Roberto Requião, de assinatura de um decreto normatizando as eleições para Diretores do Estado do Paraná, em que pese estar sob efeito liminar a lei que regulamenta e demonstrando seu compromisso com o magistério paranaense, de que as eleições ocorreriam neste ano, o Governador está baixando um decreto para essa finalidade e convida os Deputados que queiram participar do ato.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Nós queremos dizer em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que agradecemos o convite feito pelo Líder do PMDB e não nos faremos presentes, porque nós gostaríamos discutir como lei e não como decreto autoritário do Senhor Governador, com a conivência dos Deputados que lá se fizeram presentes. Sugerimos e queremos que os Deputados que lá estejam presentes, façam com que o Governador remeta para esta Casa de leis, um projeto de lei e aqui poderemos discutir democraticamente e aqui poderemos votar. Somos contra o autoritarismo e a ditadura do príncipe de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Extra-oficialmente a Mesa tem informações de que o Supremo Tribunal Federal revogou a liminar e validou a lei Rubens Bueno. Isso é extra-oficialmente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 121, 198, 247, 421, 426, 445, 459/91 e dos Projetos de Resolução n°s 49, 50 e 64/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 458, 470 e do Projeto de Resolução n° 026/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERALDO CARTARIO, EM SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 1991.

Esperança política.

No momento em que a classe política como um todo está cada vez mais desprestigiada no país, a festa ocorrida em Curitiba

ba com o lançamento do PST no Estado, sob a liderança do ex-governador Alvaro Dias, constitui um fato diferente e que provoca sérias reflexões. Efetivamente, destaca-se desde logo a figura do ex-governador do Estado que, meses após deixar o Palácio Iguaçu, consegue unir em seu redor algumas das mais expressivas lideranças políticas do Paraná.

É um fenômeno para uma época de cada vez maior descrença da população face aos políticos. Pois o que houve em Curitiba não foi só uma festa de políticos, mas a confirmação de uma liderança. O sucesso político da manifestação pode ser medido não apenas pelas expressivas presenças no ato, mas até pelo fato de que faltaram fichas de inscrição no partido, dado o interesse despertado. E isto motivado não por um político no exercício de um cargo público o que poderia implicar na idéia de interesses imediatos mas por um ex-governador que não detém hoje qualquer posto. Alvaro Dias só levou para o partido em que se inscreveu o seu carisma e seu prestígio pessoal. E com isto despertou a vida política, conseguindo também produzir uma importante união que é de grande importância para o Paraná.

Há, naturalmente, um grande caminho a percorrer pela legenda à qual se filiou o ex-governador. É preciso ampliar-lhe os contornos. Mas a base que obtém no Paraná é expressiva, mais ainda quando se percebe o entusiasmo que despertou esta definição do ex-governador. Depois de um período de silêncio e avaliação, Alvaro Dias consegue mostrar que continua firme em sua postura de líder.

É um recomeço, num momento muito delicado. E é, principalmente, uma nova oportunidade para os homens públicos. Os brasileiros estão cada vez mais descrentes daqueles em que confiaram com o seu voto. A própria sequência de eleições, com um volume cada vez maior de votos em branco, é bem indicativa deste desencanto. E o que tem ocorrido nos últimos tempos não está melhorando em nada o handicap dos políticos. Pelo contrário. Não são poucos os que chegam a questionar o valor da ação política, a validade do trabalho legislativo e, até, do exercício em alguns cargos executivos. É uma descrença perigosa para uma democracia recém-reimplantada, que precisa muito do apoio e da confiança do eleitorado.

Surge em tal quadro uma nova esperança. Nasce no Paraná. E por que não? Um dos Estados mais importantes do país, oferecendo muito ao Brasil, o Paraná tem amplas condições de assumir um papel mais destacado na Federação brasileira. Aliás, o ex-governador Alvaro Dias tentou, à época das convenções para o pleito que acabou

consagrando o Sr. Fernando Collor, conquistar a lenda de seu partido para disputar o pleito. Foi derrotado por uma enorme máquina, que se mostrou desatualizada e que não conseguiu sequer levar seu candidato ao segundo turno. Ainda assim, o ex-governador manteve sua postura, não abriu dissidências, permaneceu no cargo até ao fim, elegendo inclusive seu sucessor. Agora, volta com novo partido, mostrando a força de sua liderança e sem os compromissos de antes. Abre novas perspectivas. E consegue, como se viu no domingo, aglutinar expressivos apoios, em todas as áreas. Nesta hora de descrédito e até temor, constitui uma esperança nova, colocada diante do povo.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 1991.

"Investir na Educação é o caminho para um Brasil melhor".

Em promoção conjunta da Universidade Estadual de Maringá com o Conselho Regional de Contabilidade, realizou-se nos dias 26 a 28 de setembro de 1991, em Maringá, o 1º Encontro Paranaense de Professores de Contabilidade.

Foram três dias destinados a palestras, debates e apresentação de trabalhos, envolvendo o ensino da Contabilidade aos níveis de 2º e 3º graus. Discuti-se, neste período, desde problemas relacionados ao ensino, às deficiências metodológicas até a necessidade de utilização de informática no ensino de contabilidade. Foram apresentados, debatidos e aprovados 7 (sete) trabalhos, sendo 4 (quatro) sobre o ensino da Contabilidade, 1 (um) sobre metodologia do ensino e 02 (dois) sobre a informática no ensino da Contabilidade.

Participaram do encontro professores universitários, professores do 2º Grau, profissionais e alunos do curso de Ciências Contábeis.

No dia 26 os participantes do encontro procuraram analisar o ensino da contabilidade no Estado do Paraná, aos níveis de 2º e 3º grau. Dessas discussões pode-se perceber que a maioria dos problemas por que passa o ensino da contabilidade no Estado está fora de controle dos professores ou responsáveis pelas instituições de ensino. A qualidade do ensino e, consequentemente, a qualidade do profissional precisam ser planejadas com muito cuidado para que bons resultados possam ser obtidos. FRANZONI, do Colégio Olavo Bilac de Cambé, na palestra de abertura do encontro cobrou do Governo do Estado uma atitude mais responsável em relação ao 2º grau. Segundo o

palestrante, em 1989, o Conselho Estadual de Educação aprovou a reestruturação do curso Técnico em Contabilidade com as seguintes características: Habilitação parcial com duração de três anos, assim estruturado: o aluno só teria condições de cursar o quarto ano se a escola colocasse à sua disposição um laboratório de estudos (escritório-modelo) para que ele pudesse desenvolver práticas contábeis necessárias à habilitação plena. O Estado assumiu o compromisso de equipar as escolas para essa finalidade. E é justamente aí que está a grande omissão do órgão mantenedor, porque durante três anos não equipou uma única sala de datilografia ou escritório-modelo em todo o Estado. Na conclusão de sua palestra Franzoni tece as seguintes considerações: Não mediram esforços os vários segmentos que discutiram analisaram e aprovaram a nova proposta para o ensino de contabilidade ao nível de 2º Grau. Implantada, gerou dúvidas e dificuldades, porque ela exige uma nova postura e atualização constante dos professores, pois seus conteúdos curriculares são modernos e dinâmicos. Porém todos se esforçam e cumprem o seu papel, menos o Estado. Talvez por ser o 2º Grau o filho pobre da educação, para ele nunca há verba. Não entendem nossos administradores maiores que o retorno de qualquer investimento que se faça no aluno de 2º Grau é imediato, pois ele faz parte da força viva de trabalho. Essa mesma força que sustenta o próprio Governo. FAVERO, da Universidade Estadual de Maringá, logo a seguir também denuncia o descaso do Governo com a educação.

A ausência de uma política educacional séria e comprometida com os interesses da Nação, que pretenda legar aos seus filhos uma sociedade mais justa, provocou uma crise sem precedentes nas universidades brasileiras, podendo inclusive comprometer toda uma geração de novos valores. Há quem diga que o Brasil está pagando com esforço redobrado o erro de não ter investido seriamente num programa educacional. Aqui, percebe-se que o imediatismo e os interesses particulares quase sempre estiveram acima dos interesses do País.

Do debate ocorrido em torno das deficiências dos 2º e 3º Graus pode-se concluir o seguinte: do elenco de problemas levantados sobre a educação contábil, verifica-se que boa parte foge ao controle dos professores e pesquisadores da área contábil. A falha de investimentos no aperfeiçoamento de professores, aparelhamento dos laboratórios de contabilidade e a carência de incentivos para pesquisas são exemplos de problemas cujas soluções estão fora do alcance dos educadores. Nesse sentido de melhorar a educação contábil poderá não apresentar os resultados espe-

rados em função de variáveis que fogem ao nosso controle. Todavia, é oportuno lembrar que cabe aos educadores parte da responsabilidade pela construção de uma nova sociedade, e é necessário que tenhamos consciência dessa responsabilidade, pois só assim conseguiremos reverter a situação caótica em que se encontra atualmente a sociedade brasileira.

No segundo dia do encontro, o debate se deu em torno de um assunto bastante polêmico: "Metodologia do Ensino". Nesse sentido a presença do Professor Heitor G. de Carvalho da Universidade Federal de Belo Horizonte foi fundamental, na medida que contribuiu para que os professores presentes pudessem fazer uma reflexão mais profunda do seu desempenho enquanto educador. O palestrante trouxe aos participantes toda a experiência do convívio com uma sociedade onde a educação foi sempre levada a sério, uma palestra que deixou a todos impressionados com a determinação e certeza que a comunidade Canadense teve de que a educação seria o caminho para colocá-los no primeiro mundo.

No tocante aos métodos ou procedimentos de ensino, CARVALHO fez o seguinte comentário: "Nenhum método ou procedimento de ensino é superior a todos os outros sob todos os aspectos. A eficiência e eficácia de cada um deles servem a propósitos diferentes e cada um tem seus pontos fortes e fracos. Cabe aos professores usá-los adequadamente de acordo com circunstâncias concretas, seja quando favoráveis, seja quando desfavoráveis e assim obter os melhores resultados possíveis em cada caso. Deve-se lembrar também que determinados objetivos imediatos podem conflitar com os de longo prazo e que, se em situações emergenciais certas linhas de ação são defensáveis ou necessárias, como estratégia ordinária ou permanente, tornam-se prejudiciais aos fins e objetivos maiores. Por exemplo, um clima de terror pode manter uma disciplina rígida em frente ao professor em sala de aula, mas os efeitos futuros certamente serão negativos. Mas frente a um grupo de delinquentes jovens em rebelião isto poderia ser adotado como uma medida de emergência transitória".

O último dia do encontro foi destinado para uma análise da importância da informática no ensino da Contabilidade. O Professor SPINOSA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, palestrante do dia, procurou demonstrar a necessidade de inserirmos a informática nos programas educa-

cionais de modo a colocar o educando frente à realidade que irá defrontar no exercício da profissão. Segundo o palestrante, os professores e pesquisadores da área contábil precisam urgentemente apreender conhecimentos da área de informática e transmiti-los aos seus alunos sob pena de estarem formando profissionais alheios à realidade empresarial do momento. Nas considerações finais de sua exposição SPINOSA comenta: "Este será um trabalho para todos. Envolverá alunos e professores e, certamente, não será uma tarefa simples ou rápida, embora gratificante, em todos os sentidos. Não podemos adiá-lo mais, sob pena de comprometermos até mesmo o domínio que ainda temos sobre nosso campo de trabalho".

O 1º Encontro de Professores de Contabilidade do Estado do Paraná foi marcado por debates em busca de soluções para problemas ligados a educação contábil. Todavia ao findar o evento, tínhamos a nítida certeza de que as soluções não podem ser obtidas isoladamente. É preciso muita luta e disposição, é necessário o envolvimento da sociedade, implícito aqui, todos os tipos de organização, social, civil, política e religiosa para que possamos ter amanhã uma sociedade mais justa. Os problemas da educação contábil são apenas um exemplo dentre as inúmeras dificuldades por que passa a educação em nosso País. Nossos governantes precisam compreender de uma vez por todas que o discurso não mata a fome e não evita a miséria e degradação da sociedade brasileira. Precisamos urgentemente de um programa educacional sério e comprometido com o futuro do País, de um programa educacional que não necessite de propaganda, de um programa educacional sem demagogia, onde professores, alunos e a sociedade sejam respeitados. O Brasil dá certo, e poderá ser o País do futuro desde que busquemos efetivamente soluções para nossos problemas. Países como Canadá, Japão, Alemanha e, hoje, os "tigres asiáticos" são exemplos a serem seguidos. Não se tem conhecimento de nenhum País que tenha buscado na educação o caminho para a sua evolução que não tenha dado certo. Portanto, este nos parece ser o único meio para a superação dos problemas brasileiros. E é uma pena que a classe política não esteja interessada em buscar efetivamente a solução.

Coordenação do 1º Encontro Paranaense
de Professores de Contabilidade